

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
CURSO DE PEDAGOGIA

THAISE MOTA CASTRO

**PERCEPÇÕES DE MULHERES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA
SOCIEDADE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO**

Imperatriz - MA
2023

THAISE MOTA CASTRO

**PERCEPÇÕES DE MULHERES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA
SOCIEDADE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO**

Monografia Apresentada ao Curso de Pedagogia
da Universidade Federal do Maranhão – Campus
Imperatriz como requisito para conclusão da
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Herli de Sousa Carvalho

Imperatriz - MA
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Mota Castro, Thaise.

PERCEPÇÕES DE MULHERES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA
SOCIEDADE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO / Thaise Mota Castro. -
2023.

69 f.

Orientador(a): Herli de Sousa Carvalho.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
UFMA, 2023.

1. Gênero. 2. Mulher. 3. Padrões Sociais. I. de
Sousa Carvalho, Herli. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me fornece saúde, força e sabedoria para ir em busca de meus sonhos, por me proporcionar o encontro com pessoas incríveis e inspiradoras.

A minha mãe Valderice da Conceição Mota, fonte de inspiração e admiração, que me guardou em meus primeiros passos e me ensina, todos os dias, a escolher o caminho do amor.

Ao meu pai Carlos Henrique de Sousa Castro, por ter me dado segurança enquanto eu aprendia a ser forte e independente.

A minha irmã Ana Paula Mota Castro, por sua amizade, companheirismo, lealdade e paciência, que se manteve ao meu lado mesmo quando eu tornava isso difícil e que não mediu esforços para me ajudar quando eu precisei. Dona de um coração bondoso, me ensinou sobre a sororidade e que não é errado ter ambições, pois é preciso saber onde eu quero chegar para decidir qual caminho irei percorrer.

Ao meu irmão Carlos Henrique de Sousa Castro Filho, por me fazer sorrir e me apoiar em decisões difíceis, por me lembrar que eu sou uma mulher livre e que não devo me preocupar com a opinião de homens que não me conhecem.

À Valdilene da Conceição Mota, por ter ajudado minha mãe e avó em minha criação, pelo amor e carinho e por ter colaborado com a construção desse trabalho ao compartilhar suas memórias de infância e juventude, quando também percebia as desigualdades e discriminações de gênero.

Aos meu amigo Diogo Correia Carvalho, amigo que conheci ao entrar no curso de Pedagogia, por ter me ajudado durante todo o curso e no processo de construção deste trabalho ao me fazer companhia nas madrugadas em que eu escrevia.

À madrinha Maria Izaura Vieira Correia, que me adotou como filha e cuidou de mim com carinho e dedicação, por ter me apoiado durante esta jornada acadêmica e na construção deste trabalho, incentivando e me fornecendo segurança e abrigo em sua casa para escrita deste trabalho, por alegrar meus dias, quando eu estava cansada e me motivar a concluir a graduação.

Ao meu noivo Gustavo Alves de Carvalho por ter ajudado na construção desta pesquisa, cuidando de mim nos dias e noites em que eu estava cansada, por me ouvir falar sobre o tema e me ajudar a praticar a apresentação, pelo amor e pelo encorajamento nos dias difíceis.

À professora Herli de Sousa Carvalho que abriu as janelas do meu coração, possibilitando o reencontro com a criança interior durante o Projeto Alma, por ter se dedicado com amor e paciência à orientação deste trabalho, ensinando sobre a importância da história de vida para a construção do meu futuro, por me ensinar a respeitar meu tempo e entender o que eu chamo de limitações são, na verdade, meu ponto de partida.

À professora Mariléia Cruz por ter me dado a mão quando eu ainda não era vista nem mesmo por mim, por ter me acreditado na minha capacidade e pelas palavras de encorajamento, por ter me norteado ao amor pela história das mulheres.

À professora Francisca Melo Agapito, coordenadora do curso de Pedagogia, por sua compreensão, generosidade, empatia e cooperação para que este trabalho pudesse ser apresentado.

À Andreia Cristina Silva dos Santos, amiga que ajudou na decisão sobre o tema de pesquisa, ao me lembrar que gênero sempre esteve presente em minhas conversas, sendo um tema que me inquieta e me instiga a querer conhecer mais.

Ao Adriano da Silva Borges, amigo por quem tenho grande admiração e respeito, por em ajudar a permanecer no curso e por me salvar da solidão em dias de pandemia, recordo com carinho do dia em que o conheci na Ilha do Livramento em Alcântara e de sua companhia em tardes de estudo no Centro de Cultura Negra Negro Cosme, gratidão pela revisão de meu texto e por me motivar a continuar na luta da vida acadêmica.

Aos meus avós Joaquim Oliveira Mota e Maria da Conceição Mota, que me ensinaram que o amor é uma construção e que é possível manter-se seguro das maldades do mundo quando o nosso coração é preservado no bem e na bondade.

Aos meus professores e professoras, ao longo da minha jornada de ensino, que se dedicaram com paciência e contribuíram para a minha chegada até, aqui na conclusão deste Curso Superior.

À criança interior que despertou em meu coração para me trazer esperança e coragem. Por me fazer companhia nos momentos difíceis e por me alegrar com memórias felizes, por sua sabedoria ao me ajudar a ressignificar as memórias tristes e me ensinar que elas também fazem parte de quem eu sou. Por me ensinar que a cura vem pelo perdão e que ao perdoar as minhas fragilidades eu me torno mais forte e capaz.

RESUMO

O presente trabalho intitulado “RELATOS SOBRE O LUGAR E PERCEPÇÕES DE MULHERES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO” busca responder Qual o lugar da mulher na sociedade atual? Como as relações de gênero têm influenciado a vida das mulheres no município de Imperatriz? Se justifica porque ainda vivemos em uma sociedade desigual para homens e mulheres. A problemática foi identificada no cotidiano, através das experiências de desigualdade que eu, enquanto mulher, vivenciei em diversos momentos de minha vida. Para conseguir responder a essas perguntas, enumerei os seguintes objetivos específicos: Identificar alguns pressupostos e conceitos associados às relações de gênero; compreender a origem das desigualdades entre homens e mulheres; e, a forma como essas desigualdades influenciam a vida da mulher nos dias atuais. A fundamentação teórica está centrada em obras de autores como Hirata (2007), Saffioti (2004), Louro (2003), Hooks (2018), dentre outros. A pesquisa é de natureza descritiva e dedutiva. A pesquisa de campo se deu por meio de recursos tecnológicos, recursos tecnológicos, como o Google Forms, Instagram e WhatsApp e com os resultados obtidos foi possível conhecer como as mulheres atualmente percebem as relações de gênero e estão cada vez mais atualizadas em relação a liberdade feminina. Além disso foi possível conhecer as origens das desigualdades e como foram construídos as relações de gênero, bem como compreender que ao se tratar de um construção sociocultural, não são imutáveis e podem ser mudadas.

Palavras-chave: Gênero. Padrões Sociais. Mulher.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TRAJETÓRIA DE VIDA A PARTIR DE MEMÓRIAS DE UMA CRIANÇA AO ENCONTRO DA MULHER	10
3 GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DOS PADRÕES SOCIAIS	36
4 A MULHER NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ: percepções acerca das relações de gênero	46
5 CONSIDERAÇÕES	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE	67

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “RELATOS SOBRE O LUGAR E PERCEPÇÕES DE MULHERES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE DE IMPERATRIZ - MARANHÃO” busca responder aos seguintes questionamentos: Qual o lugar da mulher na sociedade atual? Como as relações de gênero têm influenciado a vida das mulheres no município de Imperatriz? De modo que esta pesquisa se justifica porque vivemos em uma sociedade, onde a desigualdade entre homens e mulheres ainda é muito presente.

A problemática foi identificada no cotidiano, através das experiências de desigualdade que eu, enquanto mulher, vivenciei em diversos momentos de minha vida, nas relações de ensino, quando inferiorizada por meus colegas homens. Nas relações de trabalho, quando identificava discriminações de gênero serem naturalizadas, nas minhas antigas relações afetivas com parceiros que ceifavam minha autoestima e minha liberdade, e nas relações com mulheres, amigas e familiares, vítimas de violência.

Para conseguir responder a essas perguntas, enumerei os seguintes objetivos: Identificar alguns pressupostos e conceitos associados às relações de gênero; compreender a origem das desigualdades entre homens e mulheres e a forma como essas desigualdades influenciam a vida da mulher nos dias atuais.

A fundamentação teórica está centrada em obras de autores como Hirata (2007), Saffioti (2004), Louro (2003), Hooks (2018), dentre outros autores que se mostraram preocupados com a temática.

Sob esse ponto de vista, esta pesquisa é de natureza descritiva, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados para descrever as características do grupo de pesquisa em sua realidade, segundo a visão de como a sociedade pensa sobre o tema pesquisado. E dedutiva, porque primeiro tenta descobrir aspectos globais do passado das mulheres sobre sua presença no mundo atual, para depois examinar o comportamento delas diante das relações de gênero.

Segundo Gil (1999) a finalidade da pesquisa descritiva é delinear as características de uma determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Inúmeros estudos podem ser classificados sob este título,

e uma de suas características mais proeminentes é o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados. Já a pesquisa de natureza dedutiva expõe características específicas existentes nas relações entre indivíduos e coletivamente, segundo Barros e Lehfeld (2000). Desse modo, a pesquisa nos permite observar como as mulheres de Imperatriz percebem as relações de gênero em suas vidas e como elas se relacionam entre si e com o mundo a sua volta.

O estudo de campo foi abordado por meio de análises qualitativas, uma vez que, "a abordagem qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo" de acordo com Bogdan & Biklen (1994, p. 49). Sendo assim, a forma como as mulheres agem, pensam e percebem situações rotineiras pode nos revelar aspectos importantes para o entendimento da construção dos padrões de gênero, bem como nos ajudar a identificar maneiras de romper com os ciclos que contribuem para a manutenção desses padrões.

A pesquisa de campo foi realizada com o uso de ferramentas tecnológicas como o Google Forms, para a elaboração do questionário com nove perguntas que, posteriormente foram compartilhadas por um *link* através de aplicativos de conversação e interação como *Instagram* e *WhatsApp*, com mulheres do município de Imperatriz.

O desenvolvimento desta monografia ficou assim: A construção do primeiro capítulo aborda a trajetória de vida, uma vez que a problemática sobre as questões de gênero foram percebidas nas convivências do dia a dia e nas relações sociais nos espaços escolares e profissionais, dentre outros.

O segundo capítulo aborda o conceito de gênero, visto da perspectiva do movimento feminista, que implica dizer que gênero não tem o mesmo significado de sexo, uma vez que é uma característica biológica determinada no nascimento e gênero é uma construção sociocultural.

No terceiro capítulo, são demonstradas as respostas obtidas com o questionário, fazendo-se um paralelo às conquistas das mulheres. Com isso, o que se busca é conhecer alguns aspectos da trajetória das mulheres no país, suas conquistas de espaços no âmbito público e as desigualdades sofridas, além de compreender o que pensam acerca das relações de gênero e do lugar da mulher na sociedade atual.

Para isso foram elaboradas perguntas, que abordam assuntos sobre matrimônio, vida profissional da mulher, a presença feminina na política e por último qual lugar será o ideal para a mulher ocupar na sociedade.

Ao iniciar os estudos sobre este tema de pesquisa, percebi que já existem inúmeros trabalhos sobre gênero e os padrões sociais construídos, inicialmente pensei que este poderia ser apenas mais um trabalho dentre vários e que, por este motivo, sua relevância não seria percebida. No entanto, no decorrer da construção do mesmo minha inquietação com situações rotineiras de desigualdade entre homens e mulheres aumentava, pois, uma vez que aprofundei o conhecimento acerca deste problema, passei a percebê-lo mais frequentemente.

Além disso, o desenvolvimento desta pesquisa me possibilitou o contato com a percepção de outras mulheres sobre o tema, me levando a concluir que as relações de gênero construídas em nossa cultura contribuem para a manutenção da desigualdade de oportunidades para mulheres em diversas áreas da vida.

Dessa maneira, a pesquisa em questão tem relevância social, uma vez que busca compreender as origens da construção dos padrões de gênero, causa da desigualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade, e possibilita a busca por maneiras de romper com a ideia de que as funções sociais dos indivíduos deve estar baseada em suas características biológicas. Pois uma vez que há o entendimento de que gênero se trata de uma construção sociocultural, espera-se que haja também a percepção de que esses padrões podem ser alterados, visando a construção de uma sociedade mais justa.

Logo, considero o presente trabalho de relevância para a Universidade, principalmente para o curso de Licenciatura em Pedagogia. Pois, sendo um curso responsável por formar profissionais que atuarão na educação, e por esta ser uma área que tem grande influência na construção e manutenção dos padrões de gênero na sociedade, percebo a necessidade de que a formação e atuação de docentes e demais profissionais que estejam em contato com o sistema de ensino esteja comprometida com uma educação inclusiva e democrática.

2 TRAJETÓRIA DE VIDA A PARTIR DE MEMÓRIAS DE UMA CRIANÇA AO ENCONTRO DA MULHER

Início este capítulo pedindo uma leitura empática aos leitores deste trabalho para a minha teimosia em acreditar que dentro de mim ainda vive uma criança, a qual costumo chamar de minha criança interior. Sendo assim, ao longo do capítulo pode ser que em determinados trechos, eu fale em terceira pessoa quando me referir a ela, como se fosse uma outra pessoa que faz parte de minha mente, com quem aprendi a conversar ao longo dos anos nos momentos em que me sentia sozinha.

Todos nós carregamos aqui dentro uma criança eterna, um jovem ser inocente e maravilhoso. E essa criança simbólica também nos carrega, carrega quem fomos o registro de nossas experiências de formação de nossos prazeres e dores (ABRAMS, 1999, p. 11.).

Tenho consciência de que não me tornei quem sou hoje sozinha. Tive muitas contribuições, ao longo da vida, de outras pessoas. Mas houve momentos em que a única presença que me restava era a da minha criança interior, que me impedia de cometer os erros dos quais me arrependeria depois, e que me recordava do desejo de alimentar meu coração com bondade enquanto me via tentada a devolver a maldade que encontrei no mundo.

Certamente que somos uma única pessoa e que algumas vezes cometi o erro de querer viver sozinha. Mas sem as interrupções inocentes e bondosas dela nas resoluções dos meus problemas teria seguido por diferentes caminhos no decorrer da minha vida. A verdade é que sou muito grata pela existência dela em meu coração, e pretendo cultivá-la todos os dias de minha vida para que não me deixe esquecer de quem fomos, de quem somos e o que estamos buscando.

Hora ou outra sou cobrada pela minha criança interior a respeito da realização dos nossos sonhos. Devo incluir nesta lista a conclusão deste trabalho e a graduação dessa criança sonhadora em um nível superior de educação. Mas confesso que por muito tenho protelado a realização desse sonho, em virtude de coisas que agora me parecem tão pequenas e que provavelmente ficarão expressas no decorrer deste trabalho.

Felizmente, a minha criança interior não esqueceu de nossas ambições. Portanto vivo entre as memórias reconfortantes que me proporciona e a cobrança de realizar os nossos sonhos, que foram se subtraindo com o tempo e os desafios que

a vida nos apresentava. Nada mais justo que seja também minha heroína, pois guardou com carinho nossas recordações às apresentando de forma gentil quando preciso, me fazendo lembrar as experiências que compartilhamos e que nos tornaram a mulher que escreve este trabalho. Dessa forma, abordarei a minha história de vida ao longo deste capítulo tomando de empréstimo as lembranças da minha criança interior.

Nasci no dia 27 de abril do ano de 1992, no município de Imperatriz, a segunda maior cidade do Maranhão, localizada a sudoeste do Estado, atravessada pela Rodovia Belém-Brasília e localizada na divisa com o estado do Tocantins.

Sou a segunda filha nascida do casal formado por minha mãe, Valderice da Conceição Mota, e meu pai, Carlos Henrique de Sousa Castro. Um casal jovem que havia, há menos de dois anos do meu nascimento, suportado a dor de perder uma filha. Sobre isso não me contaram muita coisa, apenas que minha irmã, chamada Flaviana, foi um bebê sorridente que ficou eternamente marcada nos corações daqueles que a tinham conhecido e no meu também. Como eu não tive o prazer de conhecê-la nesta vida, escolhi guardar com carinho em meu coração que tenho uma irmã mais velha, que se mantém comigo em todos os momentos, cuidando de mim como os irmãos mais velhos costumam fazer com os mais novos.

Meus pais eram jovens e estavam na luta diária para conseguir estabilidade financeira. Na época meu pai trabalhava como mototaxista, e morava com meus avós paternos. Após o meu nascimento ele chegou a ir trabalhar no garimpo, o que fazia com que passasse muito tempo longe de casa. Minha mãe, por sua vez, ficou comigo na casa dos meus avós maternos, lugar onde eu era cuidada por ela, meus avós e minha tia Valdilene.

Minha mãe que, desde os 12 anos de idade, já trabalhava como babá para ajudar nas despesas financeiras da casa, agora aos 22 anos estava sendo responsável, sozinha, com as despesas de uma criança. Na época trabalhava como serviços gerais em uma churrascaria, atendendo os clientes, ajudando na cozinha e auxiliando na limpeza. Costumava chegar tarde em casa, visto que churrascarias só fecham quando os clientes vão embora. A necessidade de trabalhar desde criança, fez com que fosse necessário que ela saísse da escola, antes mesmo de chegar ao ensino médio. Além disso, naquela época nem a minha mãe e nem os pais dela tinham condições de arcar com as despesas de livros didáticos, pois apesar da

educação se dar em escolas públicas, os livros não eram doados e era responsabilidade das famílias comprá-los para que os alunos pudessem participar das aulas.

Sobre a época de escola, minha mãe nos diz que por muitos anos utilizou o mesmo caderno e que só escrevia com lápis, pois ao acabar um ano letivo ela apagava tudo o que havia escrito no caderno para reutilizar novamente. Os esforços precisavam ser grandes para que conseguisse permanecer na escola, mas logo a necessidade fez com que o caderno e o lápis fossem trocados pelas ferramentas de trabalho, quando aos 12 anos de idade, minha mãe foi morar com uma família de classe média da cidade, para ser babá de três crianças. Com o passar do tempo, as crianças cresceram e não mais precisavam que outra criança cuidasse delas.

Então, minha mãe retorna para casa dos meus avós, e começa a trabalhar como serviços gerais. Quando eu nasci, meus pais eram muito jovens e sem tempo suficiente e meios financeiros para suprir as necessidades de uma família e de uma criança sozinhos, então contaram com a ajuda de meus avós maternos na minha criação e educação.

Meus avós maternos foram os principais responsáveis por me fazer conhecer o amor. Isso porque eu praticamente morava com eles, o que me fez ficar muito apegada, preferindo-os aos meus pais, algumas vezes. Enquanto minha mãe estava ocupada com o trabalho e meu pai estava em suas jornadas de garimpo, era com meus avós que passava meus dias. Sendo assim, ressalto que amo meus pais e tios e todos que me cercam e tenho conhecimento do amor deles por mim também, mas ao meu avô Joaquim de Oliveira Mota e à minha avó Maria da Conceição Mota, eu devo toda a minha base.

Meus avós não são naturais de Imperatriz, saíram da cidade de Vitorino Freire, com quatro crianças. Chegaram na cidade sem ter lugar para ficar, sem ter perspectiva de vida. Apenas um sonho de melhores condições para eles e seus filhos. Ao chegar em Imperatriz, contaram com a solidariedade e cuidado de pessoas para conseguir se estabelecer. Foram acolhidos pela Igreja Universal, localizada no bairro Beira Rio, naquela época as igrejas ofereciam hospedagem, tinham um serviço de acolhimento de pessoas em situações de rua, e meu avô que ficou muito querido pelo pastor da Igreja, recebeu deste a chave da casa que ficava ao lado dela.

Minha avó passou a ser zeladora da Igreja, todos os dias limpava e organizava. Com essa ajuda, meus avós conseguiram ir, aos poucos se organizando.

Não foram dias fáceis, a infância de minha mãe e meus tios foi marcada por privações, o sustento vinha de uma oficina de bicicletas que meu avô conseguira montar. Ele e o seu filho mais velho, meu tio Jeová, que na época ainda era uma criança também, ficavam na oficina e quando entrava algum dinheiro, meu tio levava feliz para que minha avó pudesse comprar algo para fazer a refeição do dia. Nada era certo, às vezes o dia era produtivo na oficina, às vezes não era.

Me pergunto o que fez com que meus avós viessem para outra cidade com quatro filhos, sem absolutamente nenhuma perspectiva para viverem nessa situação. E, as respostas são sempre as mesmas, que buscavam uma vida melhor. Nesse momento não consigo imaginar como era a vida antes. Sei que minha avó era quebradeira de coco e que meu avô trabalhava na roça, que os dois sempre se apoiaram e, apesar das dificuldades, que não foram poucas, educaram os filhos com amor.

Após algum tempo aqui em Imperatriz, e com as dificuldades que apareciam, meu avô também se encantou com a ideia de tentar encontrar ouro no garimpo da Serra Pelada e foi trabalhar com sonho de poder dar uma vida melhor para sua família. Meu tio Jeová passou a trabalhar sozinho na oficina e cuidar de minha avó e meus tios. No garimpo, meu avô trabalhava carregando sacos com terra, os conhecidos como “homem formiga”. O trabalho no garimpo não rendeu lucros e meu avô retornou para casa, com graves sequelas do trabalho do garimpo. Passou a trabalhar como vigia, pois a oficina havia sido vendida. Nessa época, minha mãe e meus tios mais velhos já trabalhavam e ajudavam com as despesas.

Quando nasci, meu avô trabalhava como vigia à noite, poderia dormir o dia inteiro, devido ao cansaço, mas ao invés disso, me levava para passear, brincava, contava histórias, tenho a impressão de que na época de meu nascimento, meu avô havia voltado a ser criança, para me fazer companhia. Nessa época, minha avó se ocupada com a criação dos filhos mais novos e os deveres de casa, além disso ainda ajudava a criar meus primos e minhas primas. Eram muitas crianças, muitos afazeres e muita responsabilidade que lhe caíra desde os tempos em que meu avô estivera no garimpo. Naquela época, havia se tornado a matriarca da família, mas ainda não tínhamos percebido.

Recordo com gratidão dos ensinamentos que meus avós me proporcionaram, das idas à igreja aos domingos para brincar e desenhar com outras crianças na escola dominical, da fala mansa e da paciência para brincar comigo mesmo em meio às tarefas e responsabilidades diárias de adulto.

Me ensinaram o amor através da arte, meu avô tocava instrumentos musicais e conseguia usar talos das árvores de mamão para confeccionar flautas conseguindo tocar com elas. Inclusive fazia algumas para mim, eu tentava tocá-las por horas enquanto ouvia admirada o som que ele conseguia fazer, mas não conseguia.

Minha avó cantava os hinos da harpa, participava do coral da igreja, mas só cantava à noite, então além de ir à igreja aos domingos pela manhã com meu avô, eu ia também à noite com minha avó. Eu não gostava de assistir aos pastores falando durante a noite, sentia sono e frio ao voltar para casa caminhando com ela. Mas, amava ouvir a minha avó cantar. Na verdade, eu amo a música porque me lembra sua pessoa.

A educação da nossa sensibilidade musical deveria ser um dos objetivos da educação. Os conhecimentos da ciência são importantes. Eles nos dão poder. Mas eles não mudam o jeito de ser das pessoas. A música, ao contrário, não dá poder algum. Mas ela é capaz de penetrar na alma e de comover o mundo interior da sensibilidade onde mora a bondade (ALVES, 2018, p. 58).

A música tem o poder de nos conectar com os sentimentos, de nos levar de volta para lugares e situações que vivenciamos, permitindo ressignificar essas memórias, capaz de modificar o humor e curar as feridas da alma, ela é como um degrau inicial para o autoconhecimento.

Me ensinaram também a ter meu espaço e a gostar da minha própria companhia, construíam casas com pedaços de tábuas para mim no fundo do quintal deles, onde ficava brincando por horas, me entristecia quando meu avô derrubava uma destas casas, mesmo sabendo que dias depois construiria outra melhor. Me ensinaram inclusive sobre a resiliência, antes mesmo que eu soubesse o significado dessa palavra. Me ensinaram que o afeto, a confiança e o amor são uma construção, assim, como tudo na vida.

Me apresentaram também a dor do luto, o primeiro funeral que minha criança presenciou, foi o funeral do meu avô. Na época, eu era apenas uma criança e recebi

a notícia aparentemente conformada, pois não tinha a ideia real do que significava a morte. Havia ouvido falar sobre, mas não havia presenciado.

Apenas depois de algumas horas observando a reação das pessoas é que a ficha foi caindo e, então eu fugi para dentro de mim, buscando a casa no quintal que para minha surpresa, não estava mais lá. “Eu não terei mais uma casa para brincar com meus sonhos, construída pelo meu avô”, pensei.

Em minha cabeça o meu avô havia me abandonado, me deixado sozinha. Ele não me ensinaria mais a tocar flauta, nem construiria casas para mim, não mais me levaria à igreja e nem conversaria comigo sobre os meus desenhos. Ele não me veria crescer. Após essa perda, lembro de começar a construir novos laços e amizades. Na escola com as crianças, me aproximei mais de meus primos e primas e comecei a admirar também os meus tios, tias e aos meus pais e irmãos mais novos, Ana Paula e Carlos Henrique, meus amigos de aventuras, filhos do mesmo pai e mãe.

Dos meus irmãos eu tive mais que apoio, cuidado, amor, companheirismo e lealdade. Nossos brinquedos compartilhados eram, pipas, pião, elástico de pular, bolas de gude. Tínhamos vídeo game, bonecas para mim e minha irmã, e para meu irmão carrinhos, bola de futebol, entre outros. Mas, brincávamos juntos de tudo, jogávamos bola, brincávamos de correr, de soltar pipa, de pião e até de pular elástico, que o fazíamos escondidos de nosso pai, que sempre repreendia meu irmão e o punia ao vê-lo brincando “brincadeiras de menina”. Meu irmão chorava, até isso lhe era reprimido, por que chorar não “é coisa de homem” dizia nosso pai. Com o tempo fomos nos convencendo que não poderíamos participar das mesmas brincadeiras e que nosso irmão teria que fazer amizade com meninos para ter com quem brincar.

Durante toda a infância era regra visitar a minha avó todos os dias, que sempre me ajudava e cuidava. Após o luto, meu relacionamento com minha avó criou raízes mais profundas, eu diria. Passamos a apoiar uma à outra, se tornou a minha confidente, com quem comemorava minhas alegrias e dona do colo em que eu chorava minhas dores. A voz dos melhores conselhos, paciente e amorosa. Com a sabedoria de uma mulher guerreira, forte e resiliente me ouvia e ensinava. Ao poucos a dor do luto foi sendo esquecida ou resignificada. As lembranças boas foram ressurgindo não mais com dor ou tristeza, mas com alegria e felicidade de poder visitar meu avô em minha memória.

Atentava-me agora à minha educação, sempre gostei de estudar e passei a fazer amigos na escola também. Minha educação pré-escolar se deu na Escola Adventista Presbiteriana do município de Imperatriz, localizada no bairro Nova Imperatriz, de onde guardo lembranças de receber uma educação humanizada, contribuindo para que não só gostasse de ir à escola, como também, me sentisse protagonista do meu processo de aprendizagem.

A palavra humanizada faz referência a humanidade e humanidade faz ligação com amor e com o sentimento de pertencimento. Então, teoricamente a educação humanizada é uma abordagem que envolve o emocional/afetivo, estabelecida pela parceria entre escola e família (FREITAS, 2018, p. 10).

Sendo assim, o ato de educar na Educação Infantil possui ligação com a afetividade entre os indivíduos, a educação de crianças se torna mais eficiente quando se desenvolve com amor.

Minha professora Cris tinha muito cuidado com as crianças e sempre incentivava o aprendizado fora de sala de aula, dentre as minhas lembranças preferidas está o dia em que nos pediu para levarmos uma colher e mudas de plantas. No dia seguinte havia um espaço preparado com adubo, naquele dia utilizamos as colheres, não em nossas refeições, mas para brincar com a terra, cavar e plantar as mudas que havíamos levado. O desfecho dessa atividade foi com um refrescante banho de mangueira com direito a chuva de brinde, até o céu naquele dia quis participar da nossa brincadeira.

Foi um dia muito divertido, com o passar dos dias íamos ao jardim, que havíamos plantado, para realização de algumas aulas. Além disso, os alunos se sentiam responsáveis pelo cuidado e preservação daquele espaço. Eu, particularmente, me sentia orgulhosa ao ver as flores que brotavam ao longo do ano.

Posteriormente, fui matriculada na Escola Municipal Sucesso da Criança. Localizada na Rua Maranhão, nº 707, no bairro Nova Imperatriz. A escola é próxima da casa de meus avós paternos, José dos Reis Castro e Josefa de Sousa Castro, onde morava com meus pais. Lá eu concluí da 1ª a 3ª série dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Depois, nos mudamos de bairro, o que a princípio me deixou triste por ter que me afastar de meus amigos. Passamos então, a morar no bairro Vila Lobão, localizado aproximadamente a 5km do endereço anterior. Absolutamente tudo

mudou, a começar pela imagem da escola que passei a ter. Meus pais me matricularam juntamente com os meus irmãos na Escola Santa Cruz, localizada ao lado da Paróquia Santa Cruz. Das nossas salas de aula, conseguíamos ver a casa do padre e também uma capela.

A responsável pela escola era a dona Dolores e sua filha, chamada Regina, que formavam o quadro de professoras da escola. Em que ofertavam da 1ª a 4ª série dos anos iniciais do Ensino Fundamental, estudei por um ano nessa escola. Sendo uma experiência totalmente desagradável, mas que também teve forte influência para a decisão de me tornar uma profissional da educação.

Nesta escola, eu testemunhei medidas de “correção” do comportamento de alunos de formas demasiadamente agressivas. Entre elas, o uso da palmatória, a humilhação diante de colegas com palavras ofensivas. E, como se não bastasse, a própria diretora adentrava as salas de aula quando bem entendia e começava a “disciplinar” os alunos que eram considerados “incorrigíveis”. Termos estes muito falados por professoras em sala de aula.

Diante disso, faz-se necessário lembrar que castigos físicos são proibidos por lei e que toda criança precisa de proteção, cuidado e amor para o seu pleno desenvolvimento. Por isso, foi aprovada recentemente a Lei nº 13.010/2014 para acrescentar os artigos 18-A, 18-B, 70-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), objetivando estabelecer o direito de crianças e adolescentes a serem educados e cuidados sem o uso de castigo corporal ou tratamento cruel ou degradante.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (BRASIL, 2014).

Apesar de nunca ter sido agredida fisicamente por nenhuma pessoa naquela escola, vivia assustada e tinha medo de que um dia também fosse considerada alguém que precisava de correção, visto que até então em minha educação nunca havia presenciado tal forma de ensinar.

Falava para meus colegas relatarem as agressões vividas por eles aos seus pais, mas para minha surpresa, diziam que seus pais concordavam com as medidas

adotadas pela diretora. Pois, “do ponto de vista da disciplina, [...] a escola e a casa se retroalimentavam. Numa cumplicidade, via de regra declarada, elas se esmeravam no cultivo da obediência do jovem e da autoridade inconstante do adulto” (GRAÇA, 2002, p. 258). Logo, a educação proporcionada pela escola estava funcionando como uma extensão à educação que meus colegas recebiam em suas casas, é como se as famílias e a escola fossem, então, cúmplices na violência exercida sobre as crianças.

Relatei sobre as agressões aos meus pais que foram à escola para investigar os casos, conversaram com as responsáveis pelas agressões e comunicaram que não poderiam utilizar esses meios de correções. Nos primeiros dias que se passaram à conversa, a situação melhorou um pouco, mas não para sempre.

O resultado disso é que até a minha saída da escola, presenciei cenas de agressão contra crianças, porque de educação, aquilo não tinha nada. Era, é, e sempre será, unicamente, agressão. Portanto, a violência não pode ser naturalizada e muito menos julgada necessária para a educação, seja nos ambientes escolares ou familiares, precisa ser vista, unicamente, como o que ela é: Uma violência.

Essas duas experiências me norteiam durante o meu processo de formação, a primeira me ensina que é possível educar com amor e afeto, e que através de brincadeiras o conhecimento fixa na mente e no coração dos sujeitos. Um ensino com amor é capaz de transformar o ser humano, e conseqüentemente, a sociedade em que vive. Já a segunda experiência mostra qual profissional não desejo ser.

Em 2003, fui matriculada no Centro de Ensino Jonas Ribeiro, localizado na Rua Antônio Miranda, s/n - Vila Redenção I - Imperatriz, Maranhão, que oferta do quinto ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio. Permaneci lá apenas por um ano. Depois fui matriculada no Centro de Ensino Delahê Fiquene, localizado na rua Duque de Caxias, S/N, no bairro Vila Lobão. A justificativa que meus pais davam é que era mais perto de casa e as filhas dos vizinhos também estudavam lá, pensavam que gostaria da companhia delas. Nessa escola permaneci por quatro anos e depois fui matriculada no Centro de Ensino Graça Aranha, localizado na rua Treze de Maio, s/n, bairro Centro.

Foi em 2007, nesta escola, que tive a oportunidade de conhecer a professora Regina, uma das professoras que sempre me inspirou, que dava aulas de Literatura como se quisesse morar dentro dos livros. Com ela aprendi a ler e a gostar da

Literatura Brasileira. O primeiro livro que me fez ler, para uma encenação de teatro na escola foi “O Ateneu”, de Raul Pompéia, que conta a trajetória de Sérgio durante seu período em um colégio interno para meninos. As violências sofridas, os casos de assédio, e inclusive uma cena de estupro nas entrelinhas foi, talvez, meu primeiro contato com uma reflexão sobre as questões de gênero, e suas consequências na vida das pessoas, a começar na infância.

Após ler O Ateneu, me apaixonei e comecei a ler outras obras de autores brasileiros. A exemplo guardo com carinho o livro “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo, a personagem preferida deste livro está Ana Terra, que não media esforços para salvar sua família. Fazia comparações com minha avó, para mim as duas tinham a mesma vibração de força, coragem e determinação.

Essa paixão pelos livros me fez querer passar as horas de intervalo das aulas na biblioteca, escondida de meus colegas de classe e na companhia dos livros de Raul Pompéia, Érico Veríssimo, Eça de Queiroz, dentre outros. Até a conclusão do Ensino Médio. Naquela época, meus pais estavam começando o processo de divórcio e eu ainda estava alheia a todas as mudanças que estavam por vir em nossas vidas.

Minha primeira aprovação no vestibular ocorreu em 2012 para o curso de Licenciatura em Física no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Na época, era um curso novo na cidade, sendo o segundo curso de nível superior ofertado na instituição. Eu estava muito feliz por ter passado no vestibular, sempre gostei das Ciências Exatas, fato este que sempre me ajudou no período escolar. Portanto, estava feliz porque iria iniciar um novo ciclo na minha vida, a aprovação no vestibular marcava uma vitória que abria as portas da Educação Superior para mim.

Dentro do curso de Física havia em maioria alunos do gênero masculino, onde tinha somente oito mulheres do total de quarenta alunos presentes na sala de aula. Eu possuía grande feição pelas disciplinas das Ciências Exatas, mas ainda existia algo com o qual iria me surpreender no decorrer dos estudos. Esse fato tem relação com duas professoras que ministravam a disciplina de Educação Intercultural e História da Educação.

Até aquele momento todo o conteúdo aprendido por mim, no Ensino Médio, sobre história não remetia à educação. Portanto, a disciplina de História da Educação

me possibilitou conhecer as lutas, os precursores da educação e o que enfrentaram, as transformações na legislação da educação no país. Estes e outros acontecimentos na trajetória da educação no Brasil eram desconhecidos por mim, justamente porque havia focado em Matemática, Biologia e Física durante o Ensino Médio. Então aquele momento foi uma verdadeira descoberta do que me tocava, incomodava, intrigava e estimulava a querer saber mais.

A disciplina de Educação Intercultural foi uma novidade desafiante, lembro-me de me sentir totalmente incapaz de compreender as leituras. Era um assunto totalmente novo para mim, com problemáticas que desconhecia totalmente. Durante as aulas pude perceber minha ignorância sobre as questões sociais e culturais que envolviam a educação.

Estava muito empolgada com o curso, era jovem e sonhava com meu diploma na área da educação. Nessa época trabalhava o dia inteiro em pé, era vendedora de uma loja de calçados em um *shopping* da cidade. O horário de trabalho era flexível para o empregador, eu entrava no horário que fosse definido, mas não era fixo, o que contribuía para a desorganização dos hábitos de estudo. Eu estudava, mas somente conseguia comparecer às aulas quando não estava de serviço, em datas festivas como Natal trabalhava o dia inteiro, todos os dias, pois era um momento de grande movimento no comércio e nenhuma das vendedoras ganhava folga nesse período.

Nessa época morava com minha avó, no bairro Nova Imperatriz, cerca de 2,8 Km do meu local de trabalho, não possuía transporte próprio, então dependia do transporte público para ir ao trabalho. Nos últimos dias do mês, quando meus passes de ônibus acabavam, tinha que ir caminhando do trabalho para a casa da minha avó. Ao chegar em casa, tinha tempo apenas para um banho e me dirigia ao IFMA. Meus passes de ônibus não davam para o mês inteiro, visto que fazia quatro viagens por dia. Então, fazia o seguinte racionamento: nos últimos dias utilizava os passes para ir e voltar do curso, pois assim conseguia chegar à aula no horário correto.

Durante as avaliações tive o primeiro choque com relação ao meu desempenho no curso, ao reprovar na disciplina de Cálculo 1. Esta que era pré-requisito para as disciplinas de Cálculo 2 e 3. Eu estava em um curso de Ciências Exatas, era injustificável que não tivesse tido um bom desempenho nessa disciplina e agora estaria atrasada com relação aos outros alunos que haviam sido aprovados.

No entanto, a chateação pela reprovação na disciplina de Cálculo 1 foi dando espaço para uma alegria com o avanço nas disciplinas de Ciências Humanas, as duas disciplinas mais criticadas pelos outros alunos eram, a cada dia que se passava, as minhas preferidas.

Contudo, quando chegamos na sala de aula no primeiro dia do segundo período do curso, todos tivemos uma surpresa nada convidativa. Metade da turma havia desistido do curso. De um total de quarenta alunos, agora éramos pouco mais de vinte, dentre os vinte, apenas quatro mulheres.

A ausência de minhas colegas, a imagem de uma sala quase vazia, as piadas de professores em relação à desistência dos alunos, o sorriso estampado nos rostos de homens velhos e barbudos que faziam piadas sexistas e, constantemente criavam situações de competição entre alunos e alunas. Estes e outros fatores me levaram a pensar que ali não era meu lugar.

Infelizmente, logo após o segundo semestre optei por sair do curso. Minha situação financeira não era nada agradável, me sentia cansada e desmotivada e tudo isso se agravava ainda mais por influência do meu primeiro relacionamento afetivo. Na época estava no primeiro namoro, nos conhecemos no cursinho pré-vestibular e estávamos juntos há cerca de dois anos. O namoro não era nada fácil, eu era muito nova, havia acabado de vivenciar a separação dos meus pais, estava fragilizada e confusa, e a pessoa a quem devia contar como parceiro e apoiador dos meus estudos era o inimigo número um do meu curso.

Me deparava, por muitas vezes, com a aparição surpresa do meu namorado na porta da sala de aula, ou me esperando sem avisos na porta da instituição quando estava de saída, em determinados momentos percebia que era desagradável com meus colegas de estudo, com isso me sentia pressionada e envergonhada. Minha vontade era que aquilo acabasse. Não me orgulho de ter saído do curso, nem do relacionamento extremamente abusivo da época. Por muito tempo me corroí com sentimento de arrependimento e culpa pelas situações que vivi. Mas, hoje as uso como combustível para me tornar alguém melhor e dona das minhas ações.

Após a saída do Curso de Física, passei um longo período sem estudar, cheguei a quase esquecer meu sonho de entrar na Educação Superior. Nesta época consegui mudar de emprego e passei a trabalhar como auxiliar administrativo na Sotreq S/A. Representante de máquinas Caterpillar no Brasil, mais especificamente

fornecendo máquinas, peças e serviços voltados para a área de construção civil e mineração. Eu atuava no setor de venda de peças, auxiliava os vendedores e além disso também era responsável pelo financeiro e auxiliava com as atividades de recursos humanos. De fato, havia uma sobrecarga, mas na época estava empolgada, então não me incomodei, à medida que recebia ajuda de colegas e todos eram prestativos.

Após três anos, ingressei como auxiliar administrativo do setor de Recursos Humanos (RH) do Centro de Distribuição do Armazém Mateus, localizado no município de Davinópolis. Da cidade de Imperatriz até o local de trabalho são, aproximadamente, 12 Km, a empresa, então possui ônibus, em horários específicos, para ir buscar os funcionários e deixar em suas cidades. Lá aprendi as funções que cabiam ao setor de RH, até que fui promovida para assistente de recrutamento e seleção, passei a ser responsável pelas entrevistas, contratos, integração de novos colaboradores à empresa, bem como pelas entrevistas internas, que aconteciam com colaboradores para que fossem promovidos de cargos.

Após algum tempo, passei a ser a responsável pela contratação e supervisão dos adolescentes que ingressaram na empresa através do Programa Jovem Aprendiz regulamentado pela Lei de Aprendizagem, ou Lei nº 10.097/2000, que visa atender a demanda de trabalho de jovens entre 14 a 24 anos de idade. Através dela as empresas contratam jovens para ingressar no mercado de trabalho, para isso é necessário que tenham se formado ou estejam cursando o Ensino Médio, o trabalho na empresa possui carga horária reduzida e o Aprendiz é matriculado em um Curso Técnico Profissionalizante. Nesse sentido, é responsabilidade da empresa acompanhar as atividades dos jovens dentro da empresa e também o desempenho no curso. O tempo de contrato de Jovem Aprendiz é de até dois anos, após esse período o esperado é que o jovem seja efetivado na empresa.

Ao todo, a cada dois anos eram contratados 100 aprendizes, as avaliações eram feitas a cada três meses, de forma presencial e individual com o aprendiz e com o supervisor ou coordenador do setor em que o jovem estivesse atuando.

Dessa forma eram 200 entrevistas, nelas ouvia sobre o desenvolvimento deles no setor, as dificuldades e, de acordo com elas os alterava de setores, fazia isso até o final do Programa para que, ao fim do contrato, fossem efetivados em algum dos setores. Para isso contava com a colaboração dos coordenadores e

supervisores. Esta era uma das atividades que mais me deixava feliz na empresa, porque eu conhecia os jovens desde o momento da entrevista até a efetivação, acompanhava, orientava, aconselhava em relação ao trabalho e aos estudos, e me emocionava junto com suas conquistas.

Foi na sala de meu trabalho, dentro do RH da empresa, num dia de sábado que recebi uma ligação que partiria o coração, mais uma vez. Do outro lado do telefone uma voz falava sobre a minha avó. Eu não conseguia compreender as palavras, apenas me mantive em silêncio enquanto meu pensamento passeava entre imagens de minha avó sorrindo para mim. Piscava os olhos e minha mente voltava para a realidade, me trazendo as informações das últimas 24 horas.

Minha avó havia sido internada na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital São Rafael, numa quinta-feira e estava respirando com ajuda de aparelhos, não conseguia se comunicar e não podia receber muitas visitas e por isso, os filhos estavam se revezando. Eu e meus primos, entendemos na época que nossos pais tinham tão pouco tempo com ela que ficou acordado que a veríamos quando tivesse alta. Na sexta tivemos notícias dos médicos de que havia melhorado, fiquei feliz, pois as visitas se estenderiam e agora os netos poderiam ir, me planejei para ir vê-la no sábado, quando saísse do trabalho ao meio dia.

Acordei animada, fui para a empresa feliz e sorridente, brincava com meus colegas e aguardava a hora de ir embora. Geralmente no sábado não costumava almoçar na empresa, deixava para fazer essa refeição em minha casa. No entanto, nesse dia decidi acompanhar meus colegas no almoço, e do trabalho iria direto ver minha avó. Naquele dia não consegui comer, ao sentar na mesa meu humor mudou, meus amigos perguntaram se a comida estava ruim e não sabia explicar.

Deixei a comida no prato e voltei à minha mesa de trabalho, a sala estava vazia e meu celular tocou, atendi e ouvi a voz do outro lado do telefone falar que minha avó estava descansando, e que minha família me aguardava para velar o corpo dela. Nesse dia me dei conta de que nosso mundo só precisava estar de pé para desabar. A passagem de minha avó foi entendida por mim com um pouco mais de maturidade do que a de meu avô. Eu estava ciente de que meus tios e minha mãe estavam sofrendo muito e decidi cuidar da minha dor, apoiando e cuidando da dor deles. Funcionou para mim.

Mas agora a minha criança interior estava mais silenciada, e assumia o comando a Thaise adulta, séria, focada no trabalho e sem sonhos, apenas decisões para tomar em busca de uma vida confortável financeiramente. Me acomodei.

O que não durou por tanto, pois no ano de 2016, com a motivação da minha coordenadora e colegas de trabalho, decidi, mais uma vez, fazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dessa vez fui aprovada para o Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Momento este de alegria e da retomada de um sonho.

Agora eu estava ciente que precisava vencer o medo e o receio de ter ficado tanto tempo longe dos estudos e ir atrás da minha formação, mais madura e sem medo de fazer escolhas, agora estudaria no mesmo curso em que minha antiga professora de Educação Intercultural havia se formado.

Durante o Curso de Pedagogia, nos primeiros períodos, fui apresentada às ideias centrais da Pedagogia, a origem e História da Educação no mundo e no Brasil. Estudos sobre a Psicologia da Educação, a Sociologia da Educação são frequentes e ligados às outras disciplinas ministradas.

Eu não era mais a jovem de quatro anos atrás, tinha dificuldade de focar nos estudos e devido aos horários que o ônibus da empresa saía para levar os funcionários, costumava chegar atrasada. Ia direto do trabalho e me sentia envergonhada, de estar de uniforme, descabelada e com cara de cansada. Fazia de tudo para não ser percebida entre as pessoas da Universidade, principalmente, pelos professores. Entrava calada e saía muda. Aprendi com isso que não devo ter vergonha, principalmente de buscar conhecimento.

Quanto ao primeiro período, me recordo de uma experiência que me marcou muito, era a data de entrega de um trabalho, um fichamento. Esse fichamento valia cinco, e eu recebi a nota "2". Sem correção, sem comentários. Apenas dois. Aquilo me fez desabar e, mais do que qualquer outra coisa, me fez duvidar da minha capacidade de cursar uma faculdade.

Paralelo a isso, eu enfrentava conflitos internos com minha criança interior, que após longo período silenciada, havia acordado e encontrado nossa vida em um total caos. O trabalho na empresa começava a ser percebido pelos olhares críticos de minha criança interior. As falas preconceituosas de homens em cargos superiores, o assédio moral e sexual não eram mais invisibilizados. As

desigualdades que via meus colegas sofrerem, principalmente àqueles que haviam menos conhecimentos sobre as leis trabalhistas que eu.

Tudo aquilo me cansava e me deixava exausta. Eu não conseguia mais trabalhar com motivação e felicidade depois de inúmeras violências de gênero sofridas. Mas, não tinha coragem de desistir de minha única fonte de sustento, há muito era independente financeiramente de meus pais, não conhecia mais outra realidade senão continuar trabalhando.

Isto estava prestes a mudar. Eu me lembro do dia em que minha professora da disciplina História da Educação Brasileira, a professora Mariléia Cruz, falou que se eu quisesse entrar no Programa de Residência Pedagógica (RP) da UFMA, deveria vir entregar os documentos que me esperaria. Isso era num sábado, ao meio dia. Eu já havia escutado sobre o RP através de meus colegas, que me motivavam a participar, mas como trabalhava e não tinha tempo disponível para cumprir a carga horária necessária do Programa, recusava.

No entanto, sentia vontade de participar e naquele momento informou que poderia organizar meu tempo disponível, visto que seria voluntária, era possível conciliar com meu emprego. Nesta ocasião, estava em Davinópolis no trabalho e não tinha transporte. O próximo ônibus da empresa para Imperatriz era às 17h. Meu amigo do trabalho, Antônio Mendes chegou nesse momento no RH e me ouviu falar sobre o Programa e o convite da professora, falei que não conseguiria me inscrever e, prontamente, se dispôs a me levar à Universidade. Mandou que imprimisse os documentos e organizasse minha carta de apresentação, aguardou e juntos fomos levar os documentos para a professora que, por volta das 12:45 me recebeu na Coordenação de Pedagogia recolhendo os documentos necessários para minha inscrição no Programa.

Eu consegui me inscrever, e passei a fazer parte do grupo de Residência como voluntária. Até que um dia essa mesma professora me enviou mensagem, quando estava no trabalho, dizendo que uma bolsista do Programa havia saído e com isso surgiria uma vaga, na qual poderia me colocar. Eu nem pensava em sair do meu trabalho, naquela época, não tinha a consciência de que aquele lugar, aquela profissão, não era meu ponto de chegada, a bolsa do Programa foi um início de mudanças na minha vida.

Juntamente a isso, tive contato com mais uma experiência motivadora. Isso porque eu havia me matriculado na Disciplina de Fundamentos Econômicos da Educação, momento de reencontro com a professora do primeiro período que havia me reprovado com a nota “2” do fichamento de História. Nessa disciplina demonstrou lembrar de mim, e eu só demonstrava querer me esconder dela. Porém como a disciplina me interessava, por envolver política, passei a participar das aulas, fazendo comentários, e em certo momento até me vi sendo motivada por ela a me expressar mais nas aulas.

Ao final da disciplina, todos da turma iriam apresentar um seminário sobre temas sugeridos pela professora, mas que cada grupo poderia escolher. Eu não tive grupo, apresentei apenas em dupla com meu colega Ricardo, também aluno de outros períodos. Nosso tema foi a Medida Provisória 746 de 2016, que fazia alterações no Ensino Médio, eu havia me preparado, gostava do assunto e queria fazer um bom trabalho. O resultado é que ao final da apresentação, a mesma professora que havia me dado "2" no artigo, me abraçou e parabenizou dizendo: Parabéns! Você foi ótima! Minha criança interior começava a se orgulhar de mim novamente.

Fui ainda mais motivada para minha experiência de Residência e, em 2018 tive contato com a prática da Escola Municipal Princesa Izabel, durante o Programa de Residência Pedagógica (RP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja finalidade é viabilizar programas institucionais de Residência Pedagógica implementados por Instituições de Educação Superior que contribuam para a melhoria da formação inicial de professores da Educação Básica nos cursos de licenciatura. Cujos objetivos são:

Art. 2º São objetivos do Programa de Residência Pedagógica: I. Aperfeiçoar a formação dos discentes dos cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias; II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e aquelas que receberão os egressos das licenciaturas, além de estimular o protagonismo das redes de ensino na formação de professores (CAPES, 2018, p. 1).

O PRP é uma das medidas que compõem a Política Nacional de Formação de Professores, cujo discentes que estejam a partir da segunda metade dos cursos de licenciatura podem participar. Dentre as características que diferenciam o RP de outros programas de formação docente, está o fato da carga horária para a imersão dos discentes participantes em sala de aula ser expandida, o que possibilita aos residentes maior tempo de interação com as crianças e com os profissionais da escola campo, contribuindo, dessa forma, para um sentimento de pertencimento ao ambiente.

Além disso, o Programa conta com supervisão de prática semanal, acompanhadas pela docente orientadora, que na época era a professora Herli de Sousa Carvalho, já havia um tempo que gostaria de participar de algo com a professora Herli, pois desde o momento em que a vi apresentar sua tese de doutorado no auditório da UFMA, senti que queria e precisava muito conhecê-la. O PRP me proporcionou essa convivência com ela, que contribuiu de forma significativa para minha formação. Nas reuniões semanais cada integrante compartilhava com os demais residentes e a docente orientadora suas experiências vividas em sala de aula, durante a regência, essas rodas de conversas, contribuíram com a construção do saber.

A escola-campo em que atuei como residente é a Escola Municipal Princesa Izabel, uma escola da zona urbana, localizada na Rua Bahia, sem número, no bairro Entroncamento na cidade de Imperatriz - MA. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, foi fundada em 03 de março de 1971 na administração do prefeito Renato Cortez Moreira. A escola possui as etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental Regular do 1ª ao 5ª Ano.

A participação no PRP me possibilitou conhecer a rotina da escola campo, interagir e construir saberes junto ao quadro de profissionais da instituição através da ambientação e exercer minha prática docente em sala de aula para complementar os saberes pedagógicos. Durante esse período foram desenvolvidas atividades em sala de aula com alunos do segundo período da Educação Infantil, garantindo aos alunos a participação em eventos educacionais como a Semana Mundial do Brincar na UFMA, no dia 15 de maio de 2019, e o auxílio nas atividades da Semana da Criança, no dia 11 de outubro de 2019, na própria escola campo, proporcionando atividades recreativas e lúdicas que valorizassem a criança e o seu dia.

Figura 1 Leitura e Contação de Histórias na Semana Mundial do Brincar (2019)



Fonte: Acervo Pessoal 2019

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças “[...] tem como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de *conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se*” (BRASIL, 2018, p. 40). Portanto, a Educação Infantil deve visar a formação e o desenvolvimento humano global. Para tal, a escola deve promover uma educação comprometida com a formação e o desenvolvimento integral dos alunos, não só em suas dimensões intelectuais e físicas, mas também afetivas, éticas, sociais e morais.

Figura 2 Oficina de Leitura e Contação de História na Semana Mundial do Brincar (2019)



Fonte: Acervo Pessoal 2019

Participar do Programa me possibilitou subir um degrau da escada que me levaria ao reencontro da minha criança interior. Tiveram momentos em que errei, quis que as coisas funcionassem do meu jeito na sala de aula, mas aprendi que eram as crianças ali que tinham muito a me ensinar.

Após a etapa da regência na Educação Infantil, os residentes foram realocados em turmas do Ensino Fundamental, nesse momento foram iniciadas as atividades com alunos do terceiro e quarto ano do Ensino Fundamental, identificamos que os alunos do terceiro ano estavam com dificuldade de leitura e montamos um Grupo de Monitoria, que além das regências nos dias acordados, também compareceria a escola campo para trabalhar com as crianças em dificuldade de leitura, de forma individual ou em grupo de dois alunos. O objetivo era auxiliar os alunos do terceiro ano para que aprendessem a ler e escrever antes do final do ano letivo. Felizmente, obtivemos sucesso e antes que as crianças passassem para o quarto ano haviam evoluído bastante suas leituras e escritas.

Com isso, o PRP me possibilitou, enquanto residente do programa, a participar ativamente do processo de aprendizagem, elaborando atividades e avaliando meu próprio desempenho, bem como o dos alunos. Além disso, tive a oportunidade de participar da elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção pedagógica, que auxiliavam na alfabetização de alunos com dificuldades de leitura, através de monitorias juntamente com outros residentes. Foi um período extremamente cansativo, porém, muito enriquecedor.

Nossas reuniões semanais com os demais acadêmicos, que faziam parte do Programa, sempre nos motivaram a continuar, e sermos melhores a cada momento nas escolas. Ao ouvir as experiências dos colegas, sempre me questionava se estava no caminho certo para me tornar a professora que desejava ser. A professora de quem minha criança interior se orgulharia.

Figura 3 Momento de roda de conversa com os residentes e a docente orientadora para compartilhar experiências vividas nas escolas campos do Residência Pedagógica (2019).



Fonte: Acervo Pessoal 2019

Ainda no finalzinho do PRP, eu tive que tomar uma decisão sobre minha ocupação profissional no momento, pois já não estava conseguindo conciliar estudo e trabalho, visto que no RH da empresa eram cada vez mais atribuídas funções ao meu cargo e me sentia sobrecarregada, tanto fisicamente, como psicologicamente. Foi quando em um dia recebia a notícia de minha coordenadora, que além de todas as minhas funções iria realizar as funções de minha colega que, igualmente estava sobrecarregada, durante seu período de férias. Não conseguia acreditar no que estava ouvindo, o setor já havia passado por uma redução e as atividades, que antes eram exercidas por cinco colaboradores estavam atualmente divididas entre nós duas. Eu não poderia aceitar e como um sinal divino, recebi uma mensagem no WhatsApp, no exato momento em que terminava a frase que queria minha demissão.

A mensagem era da professora Herli de Sousa Carvalho, nossa docente orientadora do PRP, no momento estava coordenando o Projeto ALMA: Reescrevendo as Histórias das Comunidades Quilombolas em Alcântara – MA, e faria uma viagem à cidade para experiências de estudo e coleta de dados para o Projeto, a data era importante, pois aconteceria a Festa do Divino, prontamente respondi que queria participar e enviei meus dados.

Nesta viagem, conhecemos a cidade de Alcântara, tivemos contato com o Projeto ALMA, com o trabalho feito nas Comunidades Quilombolas da região e com a história da tradicional Festa do Divino. Além disso, tivemos a oportunidade de conhecer dois lugares incríveis, a Ilha do Livramento de Dona Mocinha e Centro de

Lançamento de Alcântara, um momento enriquecedor e de construção de vínculos especiais com pessoas especiais.

Figura 4 Visita ao Centro de Lançamento de Alcântara com participantes do Projeto ALMA



Fonte: Acervo Pessoal 2019

O Projeto ALMA, coordenado pela professora Herli, contemplava alunos de todos os cursos do CCSST/UFMA de Imperatriz, além de alunos do Ensino Médio, de Alcântara, e tinha como objetivo realizar pesquisas e ações de extensão em Comunidades Quilombolas de Alcântara, norteadas pelos eixos Desenvolvimento Sustentável, Educação, Saúde, Manifestações Culturais e Religiosas.

Em Alcântara, visitamos a Comunidade Quilombola Cajueiro I, conhecemos um pouco sobre a história da comunidade, a escola, a casa de farinha e tivemos uma aula, debaixo de uma árvore e sentados na grama. Ali, debaixo de um cajueiro conhecemos um pouco sobre dona Margarida Raimunda Araújo (1932-2006), sua trajetória e participação da Festa do Divino Espírito Santo, em que desempenhava a função de Caixeira Mor, e sobre suas lutas pela preservação das culturas, costumes e valores dos povos quilombolas. A experiência de estar ali não me proporcionou apenas mais conhecimento acerca dos costumes, da cidade de Alcântara ou sobre as comunidades quilombolas, mas me fez reaprender sobre eu mesma, o mundo em

que vivemos e, sobretudo me fez voltar a enxergar o que realmente me tocava a alma.

Figura 5 Aula na Comunidade Quilombola Cajueiro I. Acadêmicos e pesquisadores reunidos debaixo do cajueiro para ouvir sobre a História das Caixeiras da Festa do Divino Espírito Santo (2019)



Fonte: Acervo Pessoal 2019

Participar dessa viagem à Alcântara abriu meus olhos e coração para o que minha criança interior já tentava me alertar. Minha formação acadêmica precisava de atenção, pois este era nosso sonho inicial, a busca por uma educação e formação que nos ajudaria a compreender o mundo e o que esperamos dele. Alcântara me possibilitou conhecer pessoas muito importantes e essenciais no caminho que essa nova Thaise trilharia a partir de então que, agora ciente do que realmente queria, poderia fazer a escolha do caminho que desejaria percorrer, o do conhecimento.

Outro momento de grande aprendizado foi quando o curso me proporcionou a experiência de vivenciar a pedagogia dentro do ambiente hospitalar através da disciplina de Estágio Supervisionado em Gestão de Sistemas e Instituições Educacionais. A Pedagogia Hospitalar é garantida pela Lei nº 11.104/2005 que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação” (BRASIL, 2005) e pela Lei nº 13.716/2018 que acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o artigo 4-A.

Art. 4º - A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de

saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa (BRASIL, 2018).

Tornando o acesso à educação nos ambientes hospitalares um direito fundamental aos alunos que precisarem se ausentar das escolas por longos ou curtos períodos em que estiverem em tratamento de saúde. Algo que foi totalmente novo, mesmo após várias experiências de prática educativa no Programa de Residência Pedagógica. Tendo em vista que eu ainda não tinha vivenciado a Pedagogia Hospitalar, as expectativas eram altas a respeito do Estágio e as contribuições que poderia trazer para a minha formação docente, assim como ocorre com a sala de aula, a realidade da gestão com a Pedagogia Hospitalar gerou um choque inicial entre a sua rotina e vivência real, e aquela idealizada através da aprendizagem das teorias.

Os profissionais de saúde e da direção do hospital se mostraram ativos, colaborando com minha atuação, apoiando e tirando dúvidas acerca da rotina do hospital, de consultas das crianças internadas e me auxiliando na acolhida das crianças e familiares, uma vez que era um ambiente novo para mim, enquanto acadêmica do Curso de Pedagogia numa atuação participativa e democrática.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais (LIBÂNEO, 2001, p. 102).

Portanto, independente do ambiente em que se deseja tornar espaço de aprendizagem, é evidente a importância do diálogo entre os sujeitos. Experimentar o momento de observação nos espaços do Hospital evidenciou a necessidade de que se façam presentes os profissionais de Pedagogia no âmbito hospitalar, tendo em vista a necessidade de garantir o direito à educação das crianças que se encontram em tratamento da saúde. Fazendo-se cumprir a legislação e contribuindo para o processo de aprendizagem contínuo dessas crianças e demais profissionais da área da Pedagogia Hospitalar.

A Pedagogia Hospitalar é garantida pelas Leis nº 11.104/2005 nos (Art. 1º ao 3º) e 13.716/2018 tornando o acesso à educação nos ambientes hospitalares um direito fundamental aos alunos que precisarem se ausentar das escolas por longos ou curtos períodos em que estiverem em tratamento de saúde. Além de ofertar ensino, e aproximar a criança com as atividades escolares, oferece atendimento personalizado e humanístico, direcionando sua atenção para o acolhimento e acompanhamento da criança hospitalizada e sua família, por isso é importante que haja a adequação das atividades às limitações do aluno-paciente.

Como em qualquer processo de aprendizagem, houve desafios ao longo do caminho. A primeira foi a necessidade de formação que senti quando fui exposta ao ambiente e às suas necessidades, pelo que procurei visitar novamente e encontrar autores que colaborassem dentro do Estágio, além disso, também precisei de um tempo maior para estudos extra e atividades que deveriam ser feitas em casa ou fora do hospital. No entanto, esses desafios fazem parte do aprendizado que os estágios proporcionam, e assim, superá-los ajudou no meu processo de formação.

Durante a realização das atividades foi possível perceber o quanto é necessária a presença de um pedagogo nos espaços hospitalares, tanto para o acompanhamento escolar de crianças internadas por longos períodos, como para aquelas que chegam para exames de rotina e consultas em geral.

A educação é direito de todos, assim diz a Constituição Federal de 1988, crianças e adolescentes hospitalizados estão incluídos nesse direito, as atividades desenvolvidas por profissionais da educação nos espaços hospitalares ajudam no processo de aprendizagem de crianças internadas por longos períodos, além de garantir acolhimento dessas crianças e familiares, ajudando a diminuir a tensão ou traumas de estarem longe da escola, colegas e professores.

A cada atividade realizada na brinquedoteca, nas salas de espera e até mesmo nas enfermarias, ficava mais nítido o quando a Pedagogia Hospitalar pode ajudar a tornar os dias de um internado mais tranquilos e alegres, pois as rotinas de exames e consultas são rapidamente preenchidas também com atividades educativas que podem ser prazerosas, como as contações de histórias, as competições de matemática, leituras e escritas de poemas, e outras atividades que irão ajudar no desenvolvimento cognitivo das crianças internadas.

Desse modo, atuar nos espaços do Hospital Municipal de Imperatriz (HMI) foi de grande enriquecimento para minha formação enquanto acadêmica do Curso de Pedagogia, arriscando dizer que fui eu a mais beneficiada com a experiência, uma vez que ampliei conhecimentos acerca das práticas educativas em um ambiente diferente de uma sala de aula escolar.

O período de Estágio possui, sem sombra de dúvidas, grande importância para a formação dos estudantes de Pedagogia, garantindo ao estudante a possibilidade de melhor analisar ações pedagógicas e integrar os saberes adquiridos durante o exercício da prática em sala de aula ao conhecimento teórico adquirido no curso.

Ademais, as experiências vivenciadas durante os períodos de Estágio contribuem muito para a formação docente, uma vez que possibilita a vivência no campo de atuação, iniciando o futuro professor em sua vida docente na prática, porque somente a teoria não seria suficiente para formação do pedagogo, uma vez que se faz necessário a integração de conhecimentos adquiridos no meio escolar aos estudos vivenciados para a construção dos saberes pedagógicos.

Por fim, todas essas experiências fazem parte de uma grande jornada de reencontro com minha criança interior. E, hoje, percebo que se não fosse a coragem e o entusiasmo dela, talvez não tivesse conseguido chegar até aqui. Todas as lembranças de nossa infância e nossas aventuras, agora se acomodam ao lado das novas aventuras vividas pela criança amadurecida, ao lado de novos sonhos que brotam em nosso coração. É a minha criança interior que me lembra que, apesar de eu ter crescido e adquirido cicatrizes do mundo, continuamos sendo a mesma pessoa. Que estamos unidas no mesmo corpo, na mesma mente e no mesmo coração.

3 GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DOS PADRÕES SOCIAIS

Gênero e sexo são palavras que, comumente, são utilizadas no mesmo sentido, assim como se pensa em gênero para classificar música, literatura, usa-se sexo para evidenciar as diferenças biológicas reprodutoras dos indivíduos. O que faz com que pareça inofensivo substituir uma palavra pela outra. No entanto, há sentidos diversos e amplos para a palavra gênero e atribuir apenas um significado implicaria negar questões sociais, políticas e culturais.

Segundo Zauli *et al.* (2015, p. 19) “gênero é um conceito usado para explicar as relações sociais entre pessoas de sexos diferentes, assim como a variedade de sentidos atribuídos a diferenças existentes em várias culturas e sociedades” Logo, não implica apenas em diferenciar o sexo biológico dos sujeitos, mas na interpretação de tudo o que é feminino e masculino com base na cultura da sociedade em que se vive. Ainda segundo as autoras:

Falar em gênero implica adotar um olhar cultural e crítico, porque os papéis de mulheres e homens são determinados pela cultura em que estão inseridos e pelos estereótipos que sustentam essa categorização. Distingue-se sexo de gênero para se separarem as características sexuais físicas das características sociais, psíquicas e históricas das pessoas. (ZAULI *et al.*, 2015, p. 19).

Ademais, Segundo Lattanzo (2011, p. 26) “na década de 1950, John Money, psicólogo e sexólogo norte-americano, foi o primeiro teórico a utilizar o termo gênero no sentido de relacioná-lo às diferenças entre o sexo anatômico e o que ele considerava uma espécie de sexo psicológico”. Dessa forma, John Money começa a utilizar o termo gênero para se referir à relação existente entre os indivíduos de sexo diferente, fazendo um paralelo entre as diferenças anatômicas (o órgão sexual) e o sexo psicológico. Iniciando a discussão de existir uma identidade e que esta é independente do órgão reprodutor dos indivíduos.

Anos mais tarde, por volta de 1960, nas manifestações da chamada “segunda onda” do feminismo, em que se aprofundava a luta por direitos iguais para homens e mulheres e se fazia a crítica à sociedade patriarcal, o termo gênero começa a ser utilizado pelas feministas em seus discursos numa tentativa de evitar os determinismos biológicos subentendidos nos termos sexos ou diferenças sexuais.

O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 2003, p. 21).

Com isso, as feministas iniciam o debate acerca de gênero, colocando o fator social como principal responsável pela criação dos padrões. Mudando o foco da ideia de que as mulheres possuem lugar inferior na sociedade devido suas características biológicas para a percepção do fato de que as diferenças entre homens e mulheres na sociedade foram construídas, historicamente, com base na cultura em que os indivíduos vivem.

Dessa forma, são as feministas que trazem o debate para o campo social, uma vez que é nele que se constroem e se reproduzem as relações de gênero, buscando evidenciar, através da linguagem, como homem e mulher foram, ao longo da história e da cultura, seguindo papéis diferentes na sociedade por causa da construção sociocultural da ideia de inferioridade da mulher.

Diante do exposto, pode-se notar que existe um amplo conceito da palavra gênero, e sendo assim, “Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 47). Ou seja, ao longo da vida, os sujeitos vão experienciar situações que vão atribuir, simbolicamente, a determinação de ser “de mulher” e “de homem”. Exemplo disso é que, em geral, é utilizado a imagem de meninas para estampar as embalagens de bonecas e de meninos para estampar as embalagens de carrinhos. As cores rosa, geralmente, são interpretadas como femininas, assim como a azul é interpretada como masculina.

No entanto, nem a boneca, ou o carrinho, nem mesmo a cor rosa ou a cor azul são, essencialmente, masculinos ou femininos, mas os valores de gênero são atribuídos, assim como também são atribuídos às ações e condutas. Logo, essas simbologias ou determinações vão atuar como reguladoras, de corpos, de comportamentos e de ocupações.

Segundo Souza e Mill (2015, p. 58) “as crianças que nascem com sexo masculino são criadas para se tornarem homens e as que nascem com sexo feminino são socializadas para se comportarem como mulheres”. Com isso, os indivíduos serão criados e educados de acordo com o sexo com o qual nasceram,

desse modo ao nascer com o órgão sexual masculino ou feminino, a criança já passa a ter contato com a forma como o mundo deseja que se comporte.

A construção dos padrões de gênero se inicia dentro do ambiente familiar, ainda durante a fase infantil. Crianças que nascem com sexo masculino e feminino são tratadas e criadas de formas diferentes, a começar pelos tipos de roupas, brinquedos, educação, dentre outras.

De acordo com os autores, a construção do gênero começa na família a partir do momento que a mãe prepara o enxoval do bebê de acordo com o sexo. A criança começa a receber, após o nascimento, mensagens sobre o que se espera dela. Dessa forma, as meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis, frágeis e dependentes; os meninos a serem fortes, valentes, independentes (SOUZA e MILL, 2015, p. 58).

Ademais, os meninos são criados para desbravarem o mundo e incentivados a serem fortes, corajosos e independentes, já as meninas são criadas para serem comportadas, submissas e dependentes. Isso é reforçado ao longo da vida através de diversas formas e uma delas é a linguagem, “as mulheres experimentam discriminação linguística em dois planos básicos: na forma como a linguagem as trata e no tipo de linguagem que elas têm que usar” (MORAES, 2002, p. 49). Sendo assim é comum identificar linguagem estereotipada e sexista para se referir às mulheres como, “loura burra”, “gostosa”, “mulher do fulano”, “fácil”, dentre outras que perpetuam a imagem como as mulheres se percebem e são percebidas na sociedade.

Além de sofrer a violência na forma como a língua as trata, as mulheres ainda sofrem com o controle de como devem se comunicar, quais palavras podem ou não utilizar, sendo duplamente discriminadas quando utilizam termos e posturas que são entendidos como restritos aos homens, a exemplo disso está quando uma mulher se impõe quando tem sua fala interrompida ou quando estão tentando inferiorizá-la, é comum que ela seja visto como grosseira, arrogante ou orgulhosa, enquanto um homem, na mesma situação, seria valorizado por possuir a capacidade de se impor e expressar-se, apesar de não existir muitos casos conhecidos de homens que tiveram suas falas interrompidas ou que foram inferiorizados apenas pela condição de ser homem.

Nesse sentido, até mesmo a forma como a mulher fala, se expressa ou os termos que esta pode ou não usar, são controlados. Conforme é ressaltado por Souza e Mill (2015, p. 64).

Aos homens é dado o direito de usar palavras chulas, rudes ou palavrões. Além do mais, os machos podem falar em voz alta, comentar seus casos amorosos com todos, não sendo julgados por essas atitudes; para as mulheres tais ações seriam inaceitáveis, pois desde pequenas são treinadas para falar e agir como “mocinhas” (SOUZA e MILL, 2015, p. 64)

Seja através do uso do masculino genérico para se referir a homens e mulheres, no tratamento das profissões somente no masculino ou na forma como a linguagem se refere às mulheres como propriedade de um homem, “a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos” (LOURO, 2003, p. 67). Tendo, portanto, grande influência na manutenção das relações de gênero, e conseqüentemente, na construção dos papéis sociais.

Conforme apontam (OSTERNE; SILVEIRA, 2012, p. 118) “ao longo da história, construíram-se papéis sociais diferenciados para homens e mulheres que foram reproduzidos histórica e culturalmente através de instituições como a família, a igreja, a mídia e os sistemas educacionais”. Dentro da família, as diferenças sociais entre os gêneros são incentivadas desde o nascimento da criança até a sua formação adulta.

É esperado que meninas durante a infância ocupem seu tempo com brincadeiras leves e voltadas para o aprendizado de afazeres domésticos, logo os brinquedos associados ao sexo feminino são bonecas, casinhas de brinquedo, artigos como fogão. Esses brinquedos, não por acaso, estão ensinando à menina qual lugar a sociedade espera que ocupe no ambiente do lar.

Com os meninos acontece o contrário, durante a infância brincam com carrinhos, aviões, bolas, brincadeiras mais combativas de correr. Além disso, é negado aos meninos qualquer interação com atividades consideradas “femininas”. Dessa maneira, também vai sendo ensinado a este menino qual lugar da sociedade deve ocupar e por qual lugar não deve nutrir interesse em participar. Cabe ao homem se preparar para o âmbito público e não se interessar pelo âmbito doméstico, pois este é a ocupação “natural” a mulher.

Os homens são constantemente cobrados para se firmarem como tais e se diferenciarem do sexo oposto. Precisam mostrar para a sociedade sua virilidade. Virilidade, aqui compreendida, como capacidade reprodutiva, sexual e social e como aptidão ao combate e ao exercício da violência. E isso implica uma educação do próprio corpo masculino, da postura, da maneira de falar (OSTERNE; SILVEIRA, 2012, p. 117).

Os padrões de gênero determinam também como o homem deve se comportar, agir e, portanto, que ele deve exercer o papel de dominador na sociedade como forma de garantir sua condição masculina. As cobranças para que o homem assuma esse papel e comprove sua masculinidade iniciam desde a infância, determinando que eles não podem expressar seus sentimentos, através da famosa fala de que “homem não chora”, e impondo a eles uma vida sexual precoce como prova de sua virilidade.

Quando uma jovem aprende a cozinhar, os comentários mais comuns a ela não são os de que pode trabalhar com culinária, ou empreender na área. Mas sim que está apta ao casamento. Como se essa fosse a única realidade possível de ser almejada por uma mulher. Homens, por sua vez, não costumam ser incentivados a aprender a cozinhar, mas incentivados a só casar-se com uma mulher que saiba.

Vale ressaltar que, além da instituição familiar, os sistemas educacionais também têm grande participação na reprodução dos diferentes papéis de gênero na formação de crianças e jovens. “Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso” (LOURO, 2003, p. 57). Dessa maneira, a reprodução dos papéis de gênero, assim como ocorre na família, é também presenciado em escolas, através da linguagem sexista, da ocultação de mulheres no ensino de história e nas divisões das brincadeiras entre as crianças.

No que tange à questão do gênero, a reprodução também se repete quando a escola reafirma por meio de sua prática cotidiana que existe uma forma de se comportar feminina e outra masculina, que meninos brincam com meninos e meninas brincam com meninas, que meninas são dóceis e disciplinadas e meninos são rebeldes e indomáveis, por exemplo. (ALMEIDA, 2020, p. 22).

Essas e outras situações vão reforçando, ao longo dos anos, a ideia de que existe um padrão a ser seguido para ser considerado homem ou mulher.

No decorrer da vida das pessoas, aprende-se a ser homem ou mulher, de maneira que essa aprendizagem fica estampada nas camadas mais profundas da personalidade. Papéis sociais são distintos para homens e mulheres, sendo considerados construções culturais, ou seja, imagens que a sociedade constrói por meio da vida social, da educação e da socialização. A sociedade impõe os padrões que cada gênero deve ter; portanto, cada identidade é construída e elaborada historicamente, não sendo algo fixo e imutável (SOUZA; MILL, 2015, p. 59).

Assim como as instituições familiares e escolares, as reproduções dos padrões sociais também tiveram, na Igreja, grande influência. Uma vez que foi e se mantém conivente com o sistema de opressão da mulher, representando o ser feminino como inferior, e por isso, dependente do homem.

De acordo com Santos et al. (2016, p.611) “no discurso religioso, a mulher é oprimida pela sociedade patriarcal e assujeitada ainda mais à opressão, a qual, nesse caso, vem de um poder ainda mais superior (poder de Deus)”. Encarregando de atribuir à mulher funções secundárias e, por consequência, o dever de ser submissa ao homem.

Mulheres, sujeitem-se a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos (EFÉSIOS, 5: 22-24).

Nesta passagem vemos uma analogia entre mulher e a igreja, a primeira com seu marido e a segunda com Deus. Com isso, a mulher deve obediência não apenas às leis de Deus, mas também aos comandos de seu marido, porque segundo o discurso religioso, ela foi feita para isso. Nesse contexto, o homem é colocado pela religião como a cabeça, a direção, a razão, é ele quem dá os comandos. A mulher, por sua vez, é colocada como corpo, e como um bom corpo cabe a ela apenas obedecer aos comandos, sem fazer questionamentos.

Ademais, é a igreja que vai desempenhar a tarefa de controlar a sexualidade e o corpo da mulher, “entretanto, a mulher será salva dando à luz filhos [...] se elas permanecerem na fé, no amor e na santidade, com bom senso” (1TIMÓTEO, 2:15). Sendo a única função da mulher, ser reprodutora e, portanto, sem direito ao prazer, devendo se manter virgem até o casamento.

Dessa forma, a igreja conclui o estabelecimento dos papéis sociais. Cabendo à mulher, que somente obterá salvação divina através da maternidade, o papel de

esposa e mãe, antes submissa ao pai, agora ao marido. Sendo assim, as relações de gênero costumam ser criadas em torno da sexualidade, da reprodução, da divisão do trabalho e do âmbito público.

Enquanto a sexualidade da menina é vigiada, controlada e até mesmo considerada “impura”. Meninos são incentivados, muitas vezes precocemente, à realização de atos sexuais.

A sexualidade é tratada de maneira diferente para meninos e meninas na educação sexual e nas normas socioculturais em torno da questão, de tal forma que meninos são estimulados a serem fortes, viris e a demonstrarem sua masculinidade inclusive iniciando sua atividade sexual precocemente. O homem, na adolescência, sofre pressões para que mantenha relações sexuais com alguém do sexo oposto para demonstrar que não é homossexual, pois a sexualidade é considerada um atributo da masculinidade que deve ser exercido. Ao contrário, as meninas ainda são estimuladas a atrasar ao máximo sua primeira relação sexual (GUBERT e MADUREIRA, 2007, p. 48).

Como se pode perceber, homens são incentivados a iniciar a vida sexual como comprovação de sua masculinidade, virilidade e heterossexualidade. Enquanto se busca, através de diversos meios, retardar o desenvolvimento sexual em meninas. Um exemplo disso é o discurso propagado pela igreja sobre a mulher manter-se virgem até o casamento como um sinal de pureza.

Em relação à reprodução, a vida da mulher durante o parto é limitada primeiro pela duração da gravidez, depois pela amamentação e, finalmente, pelo tempo dedicado aos cuidados com os filhos e a casa. Por outro lado, é comum que os homens se esquivem com orgulho de suas responsabilidades. Conforme dados da Associação Nacional dos Registros de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), o número de crianças registradas sem o nome do pai nas certidões, no período de janeiro a abril de 2022 foi de 56,9 mil. Dessa maneira, cai sobre a mulher a responsabilidade das tarefas ligadas ao cuidado da família. Segundo Hirata e Kergoat (2007) há uma divisão do trabalho histórica e socialmente construída de forma atrelada às relações sociais entre os sexos caracterizada pela atuação dos homens nos espaços públicos e produtivos, enquanto a mulher atua no ambiente doméstico e reprodutivo.

Essa divisão social baseia-se nas relações de gênero construídas ao longo dos anos e sobre uma cultura patriarcal na qual homem e mulher sempre foram diferenciados de acordo com suas características biológicas. Sendo assim, os papéis

sociais de ambos foram seguindo caminhos diferentes ocasionados pela divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho não só é consequência das relações sociais entre os sexos como contribui diretamente para a manutenção dessas relações sociais. Uma vez que coloca a mulher em uma situação de dependência masculina porque, na medida em que é mantida dentro de casa, aprendendo e cuidando apenas dos serviços domésticos, enquanto ao homem cabe o trabalho de trazer o sustento da família, é a este homem que a mulher vai se submeter, atendendo as ordens e acatando as decisões tomadas por ele.

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 599):

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie.

Dessa maneira, passa a ser atribuído à mulher papéis sociais de acordo com seus fatores biológicos, mantendo-a apta para atividades ligadas ao cuidado e bem estar, enquanto o homem passa a ser considerado apto para uma quantidade maior de atividades em geral, que não estão ligadas ao ambiente do lar ou aos cuidados com filhos.

Sendo assim, separação horizontal consiste em dizer que existem trabalhos adequados para homens e trabalhos adequados para a mulher e que estes não se misturam, já a hierarquização consiste em uma valorização dos trabalhos realizados pelo homem e desvalorização dos trabalhos das mulheres. Com isso o trabalho doméstico passa a ser inferiorizado na sociedade, cujo o homem não tem interesse

em realizar, recaindo sobre a mulher uma sobrecarga, quando esta consegue ingressar no mercado de trabalho.

Diante disso, ao tentar ingressar nos espaços públicos, a mulher vai encontrar agora três dificuldades: A segregação horizontal, a segregação vertical e a dupla ou tripla jornada. No que tange a segregação horizontal, acontece quando a mulher é direcionada para profissões diferentes das profissões dos homens e, portanto, são consideradas inferiores ou de menor prestígio social.

Assim, é frequente encontrar mulheres em áreas como assistência social, enfermagem, fisioterapia e outras similares, ou seja, ocupações nas áreas da educação, do social e da saúde, como também em funções de apoio. Em contrapartida, os homens são incentivados a atuar nas áreas de engenharia, no mundo da indústria e dos negócios, motivados a ocuparem-se de funções de direção e planejamento, acabando por atribuir ao masculino ocupações que notoriamente são mais prestigiadas e valorizadas perante a sociedade (SOMMER, 2018, p. 28).

Em suma, o que se percebe é que há uma concentração de mulheres em áreas ligadas ao cuidado e bem estar, como consequência da atribuição da imagem de protetora que lhes foi conferido.

Conforme demonstra o Censo da Educação Superior do ano de 2019, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) (2020), os cursos da área de educação, saúde e bem-estar são ocupados em sua grande maioria por mulheres, com uma taxa de 75,6% e 73,8%, respectivamente. Enquanto que os cursos da área de computação e tecnologia, engenharia e construção são de preferência masculina, com 86,4% e 62,2% respectivamente. Isso demonstra como ainda há uma separação entre as áreas consideradas masculinas e femininas.

No que diz respeito à segregação vertical, essa consiste em dificultar a ascensão da mulher em cargos mais elevados da hierarquia organizacional, como por exemplo cargos de gerenciamento ou direção de empresas.

Porém, muitas vezes, as mulheres nem sequer são indagadas se querem ser gerentes, porque se considera de antemão que elas não querem, que são frágeis, que “desabarão” num momento de pressão ou dificuldade, que não se dedicarão à tarefa como um homem o faria, que terão de se ausentar para atender a necessidades domésticas (ZAULI et al., 2013, p. 34).

Sendo assim, mulheres são constantemente comparadas aos homens enquanto sua capacidade de dedicação ao trabalho em empresas privadas, em virtude de serem responsabilizadas, quase sempre, pelas atividades domésticas.

Primeiro porque se construiu que mulheres são responsáveis pelo lar, segundo pelo fato de que, ao considerá-lo um ambiente feminino, os homens foram ensinados e incentivados a distanciar-se de qualquer tarefa ou responsabilidade do ambiente doméstico, numa tentativa de resguardar a sua masculinidade. A isso se dá a terceira dificuldade enfrentada pela mulher: A dupla ou tripla jornada, caso queira ingressar em profissões para além do ambiente doméstico as mulheres precisam enfrentar quando decidem dedicar-se a profissões em espaços públicos é mais uma dificuldade encontrada pelo gênero feminino.

Ao caracterizar atividades como cuidar dos filhos e da casa como responsabilidades femininas faz com que a mulher, mesmo após ultrapassar as barreiras impostas pelos padrões sociais de gênero para ingressar no mercado de trabalho, tenha que conciliar a profissão e o estudo com as tarefas domésticas.

Hirata e Kergoat (2007), dimensionam que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma adequada divisão sexual das tarefas domésticas. Ainda que algumas funções domésticas sejam delegadas, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela manutenção das casas.

Por fim, a situação de dupla ou tripla jornada para a mulher contribui para que em muitos casos, ela tenha que desistir de sua formação acadêmica ou de buscar por cargos de chefia nas empresas, devido ao cansaço de jornadas intensas de trabalho fora e dentro de casa, o que contribui para a manutenção das relações desiguais de poder entre homens e mulheres pelo fato de que continuam os homens tendo mais liberdade de tempo para dedicar-se aos espaços públicos do que a mulher.

4 A MULHER NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ: percepções acerca das relações de gênero

Neste capítulo será feito um breve discurso sobre a cidade de Imperatriz, sua fundação e alguns aspectos da população atual, posteriormente será demonstrado a forma como foi realizada a pesquisa de campo, a estrutura do questionário realizado e por fim serão demonstrados as respostas fornecidas por mulheres que residem na cidade, afim de compreender o que pensam acerca das relações de gênero.

A cidade de Imperatriz foi fundada no ano de 1852, nomeada como Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins, alguns anos depois, precisamente no ano de 1856 seu nome foi modificado para Vila Nova de Imperatriz. Franklyn (2005, p. 56) “a Assembleia do Maranhão aprovou, assim, a Lei Provincial nº 398, de 27 de agosto de 1856, que criou a “Vila Nova da Imperatriz”, sancionada pelo barão de Coroatá, Manuel Gomes da Silva Belfort, então presidente da Assembleia”. Este nome foi escolhido em homenagem à princesa Tereza Cristina, mas foi modificado pelos moradores para Imperatriz.

Na década de 1950 até início da década de 1980, a cidade de Imperatriz viveu o Ciclo do Arroz, resultando em um Corredor Agrícola com produção recorde ao longo da Estrada do Arroz. Posteriormente, o Ciclo da Madeira de 1970, fortaleceu a economia da cidade e gerou um crescente número de empregos. O Ciclo do Ouro se iniciou em 1981 e tornou a cidade o polo abastecedor do garimpo de Serra Pelada. Em 1990 houve aumento do comércio e chegada da indústria em 2000. Atualmente, a estimativa de população do município de Imperatriz é de 259.980 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2021).

Para a realização da pesquisa foi elaborado um questionário através da ferramenta Google Forms¹, posteriormente o questionário foi compartilhado por link com mulheres residentes no município de Imperatriz/MA no Instagram² e WhatsApp³.

¹ Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro.

² O Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais.

³ WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

Ao todo foram obtidas 5 respostas com mulheres na faixa etária entre 22 e 53 anos de idade. Dentre elas, 1 se considera parda, 2 se consideram negras e 2 mulheres se consideram brancas. Com relação ao nível de escolaridade, 1 possui o Ensino Fundamental, 2 possuem o Ensino Médio e 2 possuem uma graduação. Com relação à religião das participantes, 4 responderam que são católicas e 1 informou que é cristã. Além disso, 3 delas informaram ter filhos/filhas. Para a realização desta pesquisa houve a preservação dos nomes reais das participantes do questionário, sendo assim as participantes passam a ser identificadas aqui por nomes de flores como, Begônia, Bromélia, Orquídea, Margarida e Camélia.

Ao seguir a construção deste capítulo, as respostas serão comentadas fazendo-se um paralelo às conquistas das mulheres no Brasil. Com isso, buscamos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, conhecer alguns aspectos da trajetória das mulheres no país, suas conquistas de espaços no âmbito público e as desigualdades sofridas, além de compreender o que pensam as entrevistadas acerca das relações de gênero e do lugar da mulher na sociedade atual. Para isso foram elaboradas perguntas, que abordam assuntos sobre matrimônio, vida profissional da mulher, a presença feminina na política, e por último, qual é o lugar ideal para a mulher ocupar na sociedade.

Tendo em vista que antigamente o único futuro considerado promissor para a mulher era o casamento. Que este era, indiscutivelmente, o fator principal para a sua felicidade pessoal, como era então entendida, uma vez que era através do casamento que se consolidaria a sua posição social e a garantia de sua estabilidade ou prosperidade econômica. (SAFFIOT, 1976), foi feita a seguinte pergunta: Você acredita que a mulher ainda sofre pressão da sociedade para casar e ter filhos?

Em resposta, todas as 5 participantes do questionário responderam que sim, mesmo nos dias de hoje, a mulher ainda é pressionada sobre a vida conjugal e a maternidade. Muitas vezes, essa pressão acontece de forma sutil, como por exemplo, não é incomum que adolescentes do gênero feminino ouçam a frase “já pode casar” em aprovação quando aprendem a cozinhar ou a fazer alguma atividade relacionada ao ambiente doméstico, ou frases como “desse jeito, nenhum homem vai te querer” ou “você vai acabar ficando para titia” quando em desaprovação por uma atitude considerada incompatível com a imagem de mulher “virtuosa” propagada pela igreja desde os tempos da Idade Média.

Frases como essas são a manifestação, mesmo que de forma inconsciente, do pensamento de submissão da mulher ao homem, necessitando que se preocupe em estar apta para ser desejada ou escolhida por um homem para sua total “realização” como mulher.

Diante disso, na tentativa de compreender o pensamento que cada uma tem sobre a relação mulher/matrimônio, perguntamos: O que você pensa sobre o casamento? Segundo (CAMÉLIA, 2022) o casamento é “algo maravilhoso e importante”. Já (MARGARIDA, 2022) aponta que o casamento é “uma relação de cumplicidade, onde pode ou não existir um amor intenso. Focado no companheirismo e, muitas vezes, comodismo”. Sendo assim, pode-se perceber que o casamento não é mais visto como antigamente, em que ele era “usado como um degrau de ascensão social ou manutenção do status” (FREITAS, 2018, p. 10) mas influenciado por amor, sentimento de cumplicidade e companheirismo.

Para (ORQUÍDEA, 2022), o casamento “é a união de duas pessoas que querem construir uma família, e compartilhar dos momentos bons e ruins de uma relação”. Reforçando o que foi dito por Margarida a respeito da cumplicidade e companheirismo como fatores constituintes ao casamento.

Ademais (BEGÔNIA, 2022) diz o seguinte, “considero algo muito importante pra formação de uma família, mas considero que não é a única opção para formação de uma família”. Nesse sentido, existe uma variedade de arranjos familiares que não seguem o padrão de família tradicionalmente construído em volta da mulher e do homem unidos pelo casamento.

Em 2018, segundo dados do IBGE, o Brasil registrou mais de 11 milhões de famílias monoparentais, ou seja, famílias cuja a mulher é única responsável pelos filhos de até 14 anos de idade.

Para (BROMÉLIA, 2022), o casamento “é um vínculo estabelecido por duas pessoas que se amam e querem viver para o resto da vida ou não”, sendo assim, o casamento não é mais visto como algo indissolúvel.

No entanto, vale ressaltar que apenas no ano de 1977 é que foi legalizado o divórcio no Brasil, e que, até então, a mulher ficava presa ao marido, mesmo que isso significasse a sua infelicidade. Como aponta Figueiredo e Diniz (2018, p. 10):

A partir de então foi permitida maior liberdade para elas adentrarem os espaços públicos. Além disso, as mulheres continuaram – durante muito

tempo – confinadas ao espaço doméstico e à sua atribuição de cuidadora do lar, do marido e dos filhos. Todas essas funções ganhavam primazia sob sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho e seu valor era superestimado em relação a qualquer outra possibilidade que ela quisesse trilhar.

Contudo, a mulher mesmo depois da legalização do divórcio, ainda se sentia presa ao casamento devido ao julgamento da sociedade. Nos dias atuais ainda é possível ver casamentos mantidos por questões indiferentes ao desejo dos cônjuges ou, mais especificamente, da mulher. Muitas vezes a insistência no matrimônio se dá devido à existência de filhos ou pela dependência financeira da mulher ao marido.

Através das respostas, ficou confirmado que concordam que mesmo nos dias atuais, a mulher sofre essa pressão da sociedade. Vale lembrar que das participantes da pesquisa, 9 são solteiras, o que mostra que atualmente, mesmo com essa pressão, a mulher reconhece que suas decisões, seja de permanecer solteira, de casar-se e ter filhos devem ser pautadas na sua vontade. Sendo assim, o casamento não se traduz mais como único futuro possível às mulheres, cabendo a elas decidir se vão e quando vão casar-se e constituir família.

O que possibilita que a mulher adentre diferentes ambientes, além do doméstico, um exemplo é o ingresso no mercado de trabalho. Diante disso realizou-se a seguinte pergunta: Na sua opinião, a mulher precisa ter uma profissão? Para essa pergunta (BEGÔNIA, 2022) responde que “sim, pois é preciso que a mulher seja independente”. Portanto, se a mulher deseja tornar-se independente financeiramente, possuir uma profissão passa a ser um fator colaborativo.

O mesmo é reforçado por (BROMÉLIA, 2022) quando aponta que é importante para a mulher ter sua profissão “porque ela precisa ter sua independência financeira”. Sendo assim, há uma associação da atividade remunerada fora do ambiente doméstico com a possibilidade de independência da mulher.

Sim, acredito que seja muito importante essa inserção das mulheres cada vez mais no mercado de trabalho. Apesar de que lugar de mulher é onde ela quer, porém acredito que temos que cada vez mais estudar, participar da política, ter atuação em diversas áreas de trabalhos, para que possamos ter voz e propriedade do que buscamos e sonhamos para o nosso futuro (CAMÉLIA, 2022).

Evidenciando que a mulher tem livre escolha sobre sua vida e que, independentemente do local que esteja, deve ser respeitada e valorizada.

Para (MARGARIDA, 2020) a mulher precisa ter sua profissão e trabalhar “para ser independente e buscar seus objetivos, conquistar seu lugar de direito e não baixar a cabeça pra ninguém!”. Nesse sentido, o trabalho possibilita que a mulher consiga satisfazer suas vontades, sem a necessidade de subordinar-se a outra pessoa. Sobre esse pensamento da liberdade da mulher através do trabalho, Hooks (2018, p. 64) faz a seguinte observação:

Sabemos, sem dúvida, que se uma mulher é economicamente autossuficiente, ela é mais propensa a terminar um relacionamento cuja norma seja a dominação masculina, quando escolhe libertação. Ela sai do relacionamento porque pode. Várias mulheres aderem ao pensamento feminista, escolhem a libertação, mas são economicamente presas a homens patriarcais, de maneira que sair do relacionamento se torna difícil, senão impossível.

Nesse sentido, o trabalho não liberta a mulher da dominação masculina, no entanto, é indiscutível que possuir autossuficiência financeira é necessário para a libertação quando escolhem esse caminho. Essa realidade do poder de libertar-se da dominação masculina pode ser percebida na resposta:

Sim, a mulher precisa ter seu próprio dinheiro, pra ter liberdade pra fazer o que quiser. Eu desde pequena sempre trabalhei e nunca aceitei viver dependendo de marido, ainda hoje trabalho e por conta do meu trabalho tenho minha vida livre e desimpedida (ORQUÍDEA, 2022).

Diante do exposto, para ela a profissão possibilita à mulher ter sua independência financeira do marido, proporcionando liberdade para que possa escolher a forma como vive a sua vida. Barros (2008) ressalta que a mulher que possui uma profissão além do ambiente doméstico, têm também mais recursos para se proteger de violência domésticas.

As mulheres que podem buscar ocupação fora do lar têm mais recursos para proteger, dentro dele, sua integridade corporal diante das agressões, pois a independência econômica é uma forte arma que poderá contribuir para vencer essa humilhação. Ainda hoje a violência sofrida pelas mulheres no lar, nos diversos continentes, é um fato aterrorizador e ela se projeta também no trabalho, principalmente sob a forma de assédio sexual e assédio moral, dos quais elas são as principais vítimas (BARROS, 2008, p. 75).

No entanto, vale lembrar que mesmo quando a mulher passa a ter sua profissão, isso não significa, infelizmente, que estará imune da violência. Isso porque

também é comum que a mulher sofra a violência no trabalho, na rua, em diversos ambientes, apenas pelo fato de ser mulher.

No tocante à dependência da mulher ao marido, vale ressaltar que até 1962 as mulheres no Brasil não tinham o direito de trabalhar sem que tivessem uma autorização do cônjuge.

Ela era tutelada e protegida como se fosse menor de idade, ou tivesse distúrbios mentais que dificultassem o exercício de seus direitos. Essa parte da capacidade da mulher foi alterada em 1962 com o Estatuto da Mulher Casada e a mudança no Código Civil representou um avanço para as mulheres, que puderam conquistar alguns direitos. Todavia, grande parte das restrições do Código Civil permaneceram existindo (MIRANDA, 2013, p. 10)

Dessa maneira, no dia 27 de agosto de 1962, a Lei nº 4.212 estabelece que a mulher passa a ter livre arbítrio para exercer uma profissão, possibilitando que se torne ativa nos meios de produção, tanto para ampliar sua importância nas relações sociais, como para ter poder de decisão na esfera doméstica, uma vez que sua vida financeira não dependeria, unicamente, do marido.

A mesma lei permitia que as mulheres pudessem pedir a guarda dos filhos em casos de separação, o que abria ainda mais as portas para que as mulheres conseguissem sair de relacionamentos abusivos, pois muitas se mantinham presas para não serem afastadas de sua prole.

As próximas perguntas abordam a divisão do trabalho de forma desigual e suas consequências. Inicialmente, para conhecer a percepção das mulheres acerca das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, fez-se a pergunta: Entre homem e mulher, quem tem mais dificuldade de se estabelecer no mercado de trabalho, na sua opinião?

De forma unânime a mulher foi apontada como quem tem mais dificuldade. Essa dificuldade pode ser percebida no momento de inserir-se em uma profissão. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) contínua, divulgada pelo IBGE, a taxa de desemprego entre mulheres tem tido um aumento contínuo no ano de 2022. Conforme mostra tabela abaixo, no primeiro trimestre os dados divulgados revelavam uma taxa de desemprego de 53,9% para as mulheres, essa taxa aumentou para 55,5% no terceiro trimestre. Vale ressaltar que esses dados se referem às pessoas em idade para trabalhar, que estão disponíveis e à procura por trabalho, mas não estão trabalhando.

Tabela 1 Taxa de Desemprego no Brasil (2022)

	1ª Trimestre	2ª Trimestre	3º Trimestre
Homens	46,1	45,4	44,5
Mulheres	53,9	54,6	55,5

Fonte: Painel de Indicadores IBGE

Conforme foi abordado no capítulo anterior, a inserção da mulher no mercado de trabalho é comprometida pela segregação horizontal gerada pela divisão sexual do trabalho. Para Degraf e Anker (2004, p. 167), “os valores culturais, a divisão de responsabilidades e o ordenamento patriarcal da sociedade ajudam a explicar a menor participação das mulheres na força de trabalho e os tipos de segregação ocupacional observados no mundo”. Pois ao longo da história e com forte influência da herança patriarcal, foi construída a ideia de que a mulher é um ser frágil e que precisava da proteção, devendo permanecer em casa enquanto o homem coube a responsabilidade de trabalho e sustento da família.

Tendo em vista que a cultura patriarcal, historicamente, designou à mulher a responsabilidade de cuidar da família, fez-se o seguinte questionamento: Já houve situações em que você deixou de trabalhar/estudar para cuidar da casa/família? Em resposta a quarta pergunta, quatro delas afirmaram que já precisaram priorizar o cuidado da casa e família em relação aos estudos e a profissão e uma informou nunca ter precisado fazer essa escolha. Vale ressaltar que das 5 mulheres que responderam às perguntas, apenas 3 informaram ter filhos(as). O que demonstra que a responsabilidade de cuidado da família não se limita ao marido e a prole, mas amplia-se para os demais parentes.

A denominação do trabalho de cuidado às mulheres foi construída socialmente, herança da cultura patriarcal que atribuía as funções sociais de homens e mulheres com base nas características biológicas. Sendo assim, coube a mulher as tarefas de cuidado e procriação. Conforme aponta Figueiredo e Diniz (2018, p. 5):

A sua capacidade reprodutiva levou a uma idealização e naturalização das responsabilidades femininas quanto ao cuidado da casa e da família. A capacidade de gerar não era tida como produtiva e, nesse contexto, a mulher representava o sexo desqualificado para a vida pública.

Nesse sentido, pode-se considerar como uma conquista para as mulheres quando em 1962 chegou ao Brasil a pílula anticoncepcional que, apesar dos seus efeitos colaterais serem motivos de grandes críticas, possibilitou autonomia às mulheres, fazendo com que a decisão de ter filhos pudesse ser adiada, dando mais tempo às mulheres para se dedicar à formação acadêmica e dedicar-se a sua vida pública com mais liberdade.

No Brasil, ela chegou sob grande repressão da Igreja Católica. A possibilidade de separação entre reprodução e sexualidade permitiu uma revolução sexual na qual as mulheres começaram a se tornar protagonistas e donas do próprio corpo. Para a mulher dos séculos anteriores, o casamento significava a única forma de ter relação sexual. O controle da gravidez e o conseqüente adiamento da maternidade abriram espaço para as mulheres adentrarem o universo dos estudos, do trabalho e, enfim, escolher por investir em uma carreira (FIGUEIREDO; DINIZ, 2018, p. 10).

Conseqüentemente, se iniciou um debate sobre direitos reprodutivos da mulher e sua liberdade sexual, ou seja, “mulheres que [...] estavam no fim da adolescência quando a pílula começou a ser amplamente distribuída estavam livres do medo e da vergonha da gravidez indesejada” (HOOKS, 2018, p. 41). Visto que antes era pregado pela Igreja que a sexualidade da mulher deveria ser reprimida, tendo como único objetivo a procriação, essa novidade não foi muito recebida pelos líderes religiosos do país.

No entanto, mesmo com a possibilidade da mulher ter autonomia para escolher se terá filhos(as), a divisão sexual do trabalho ainda tem muita influência em diversos fatores que dificultam o acesso e a ascensão da mulher na esfera pública. Conforme aponta Zauli et al. (2015, p. 28), o que se percebe é que apesar de haver uma transformação no *status* social da mulher com a entrada dela no mercado de trabalho, a inserção da mulher nos meios de produção não significa equidade aos homens no trabalho dentro de casa.

Nesse sentido, para conhecer a forma como é feita a divisão das despesas financeiras e da divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres no ambiente familiar das participantes e fazer um comparativo entre essas duas questões, foi feita a seguinte pergunta: Na sua casa, a responsabilidade financeira e a realização das tarefas domésticas são divididas igualmente entre homem e mulher?

Segundo (BEGÔNIA, 2022) as despesas financeiras de sua casa “elas são divididas”, em contrapartida, em relação às tarefas domésticas “as mulheres ainda ficam com a maior quantidade, mas os homens também fazem algo”. O que se percebe que mesmo as mulheres assumindo, igualmente, a responsabilidade financeira da casa, as tarefas domésticas continuam sendo vistas como tarefa para a mulher fazer, sendo uma opção ou “ajuda” quando realizada pelos homens.

Conforme aponta Figueiredo e Diniz (2018, p. 11), “o trabalho doméstico, quando exercido pelo homem, é visto como uma “ajuda” à mulher e não como responsabilidade compartilhada no cuidado com a casa.”. E isso gera uma sobrecarga na mulher. Sendo assim, o homem não assume com sua responsabilidade a realização das tarefas domésticas.

Esse tipo de situação foi construído, inclusive dentro dos lares e reforçado pelas mulheres, mães, quando ensinam as filhas a realização das tarefas domésticas, mas não fazem da mesma forma com os filhos homens.

Segundo (BEGÔNIA, 2022), ao ser perguntada sobre quem assumia a responsabilidade financeira da casa, a mesma respondeu “minha mãe”, e sobre as tarefas domésticas “só são divididas entre eu e minha mãe, meu irmão não faz nada”, ou seja, o filho, por ser homem está em um ambiente confortável, uma vez que as tarefas domésticas foram socialmente entendidas como “de mulher”.

O mesmo é reforçado com a resposta de Orquídea (2022) que informa que “as despesas são divididas, mas as atividades domésticas são feitas por mim e minhas filhas”. o que comprova que mesmo quando a mulher tem igualdade na responsabilidade financeira, ainda se percebe que as atividades domésticas costumam ser realizadas, em sua grande maioria, pelas mulheres. Ou seja, ainda há carência da participação masculina nos trabalhos domésticos.

Para Camélia (2022) “as despesas são divididas, meu esposo e eu”, no entanto as tarefas domésticas “não são divididas”, e, essa desigualdade na divisão dos trabalhos acarreta em uma sobrecarga à mulher.

Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não (HOOKS, 2018, p. 18).

Percebemos que, mesmo quando a decisão da mulher exercer uma profissão é acordada juntamente com o seu parceiro, em virtude de melhores condições financeiras para o casal, este último não assume as tarefas domésticas.

A igualdade na divisão do trabalho é uma realidade para Bromélia (2022) que responde que as despesas são divididas e que as tarefas domésticas também são divididas “por igual” acolhendo todos as mesmas responsabilidades.

A mesma igualdade aparece na resposta de Margarida (2022) que, em relação as despesas financeiras diz “eu sou a principal responsável, ele divide comigo algumas” e às tarefas domésticas “meu marido faz tudo o que eu faço! Ele faz mais atividades domésticas que eu”. Nesse sentido, Margarida ocupa o lugar de mantenedora da casa, antes entendido como masculino, enquanto seu marido a ajuda com algumas contas, por outro lado participa de forma quase que voluntária na realização das tarefas domésticas, sendo o marido o principal responsável por essas atividades.

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho continua dificultando a igualdade entre homem e mulher, uma vez que as mulheres tem uma quantidade limitada de tempo e energia para dedicar-se esfera pública em relação as homens. Em continuidade à discussão da presença feminina em ambientes públicos, percebemos que, para que as mulheres alcançassem o direito de ocupar os mesmos espaços que os homens, fez-se necessário a criação de políticas públicas que garantissem o acesso a determinados direitos de equidade de gênero, sendo assim, a necessidade de mulheres ocupando a esfera política é indiscutível.

O que motivou a elaboração da sétima e oitava perguntas que se referem a presença feminina na esfera política. Sendo assim, foi perguntado sobre suas escolhas de voto para as últimas eleições realizadas no dia 02 de outubro de 2022, com cinco cargos na disputa: Presidente(a) da República, Governador(a), Senador(a) e deputados(as) federais e estaduais. Você votou em alguma mulher nessas últimas eleições? Em resposta à sexta pergunta, todas as 5 entrevistadas responderam que votaram sim em mulheres nas últimas eleições que ocorreram no Brasil. O que demonstra que, cada vez mais, as mulheres vêm percebendo seu lugar na política e apoiando candidaturas femininas.

No Brasil, o primeiro partido feminino foi criado em 1910 pela professora e indigenista Leolinda de Figueiredo Daltró (1860-1935)⁴ nomeado Partido Republicano Feminino. Mas, somente 22 anos após criação do partido, com intensas lutas de mulheres em prol de direitos femininos, foi reconhecido o sufrágio feminino através do Decreto nº 21.076/1932 desde então, somam-se 90 anos de luta feminina para ocupações em cargos políticos.

Dentre as principais eleições de mulheres no Brasil, podemos destacar a de Carlota Pereira de Queiroz, eleita primeira deputada federal em 1934, Antonieta de Barros, que no mesmo ano foi eleita deputada estadual de Santa Catarina, sendo a primeira mulher negra a ser eleita no país. Eunice Michilles, primeira senadora em 1979, Roseana Sarney, eleita a primeira governadora de um estado brasileiro no ano de 1994 e Dilma Rousseff que, em 2010, foi a primeira mulher eleita para a Presidência da República.

Para conhecer o pensamento delas a respeito da participação feminina na política, fez-se a sétima pergunta. O que você pensa sobre a mulher na política?

Diante dessa pergunta elas responderam que é “algo muito necessário” (BEGÔNIA, 2022), e que é “de grande importância para a sociedade” (BROMÉLIA, 2022). O que demonstra que elas estão cientes da importância que presença feminina exerce na política. Além disso, Orquídea (2022) diz: “acho importante, porque a mulher é sábia, criativa e inteligente”. Já (MARGARIDA, 2022) respondeu que “devemos ter representantes do sexo feminino para mostrar cada vez a importância da mulher no mercado, porém, só porque é mulher não quer dizer que sempre é boa escolha. Deve ser bem analisado” (MARGARIDA, 27 anos). Refletindo, dessa forma, o quão importante é a decisão por uma representação política, cuja escolha deve ser baseada em análise da candidatura, independente do gênero.

Ademais,

Muito importante essa participação da mulher na política pois assim temos mais força para lutar pelos nossos direitos, sendo protagonistas e não apenas aceitando o que é imposto pelos homens. Temos muito cargos importantes na política que tem que ser composto por mulheres e um dia chegaremos lá. Vejo muito que as mulheres sofrem muita repressão e violência no congresso e felizmente essas mulheres ainda assim não

⁴ Leolinda de Figueiredo Daltró nasceu na década de 1860, no estado da Bahia, filha de mãe índia tupinambá e de pai português. Se casou muito jovem e, após separar-se do marido, criou sozinha os cinco filhos. Viveu do magistério, suas causas políticas eram a defesa dos indígenas, a educação e o sufrágio femininos.

desistem de estarem lá e lutarem pelo fim do patriarcado político (CAMÉLIA, 29 anos, 2022).

Dessa forma, o que se percebe é que a presença feminina no campo político, tanto em candidaturas, como em eleitorado, possui grande relevância para a garantia dos direitos femininos, e que sendo cargos com grande poder precisam ser avaliados uma vez que “o objetivo de toda associação política é o de conservar os direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são à liberdade, à propriedade, à segurança e, sobretudo, ao de resistir à opressão” (GOUGES apud MARQUES, 2019, p. 17).

Vale ressaltar, que apesar da mulher ser maioria entre o eleitorado, ainda existe uma sub-representação feminina na política. Conforme dados do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP), a quantidade de mulheres eleitas é muito inferior à quantidade de homens.

Tabela 2 Resultado das Eleições no Brasil 2022

Cargo	Homens (%)	Mulheres (%)	Total
Dep. Distrital / Estadual	869 (82,06%)	190 (17,94%)	1.059
Dep. Federal	422 (82,26%)	91 (17,74%)	513
Senador (A)	23 (85,19%)	4 (14,81%)	27
Senador (A)	23 (85,19%)	4 (14,81%)	27

Fonte: Observatório Nacional da Mulher na Política (Câmara dos Deputados) 2022.

De acordo com os números apresentados, a quantidade de mulheres em cargos de decisão política a nível nacional é de 287, contra 1.339 de homens. Ademais, do total de eleitas, apenas 38 são mulheres negras e 5 indígenas com base na autodeclaração das candidatas.

As diferentes divisões sociais provocam, então, distintas lutas e solidariedades — parciais ou provisórias. Colocar uma única e permanente base para a luta política representará, provavelmente, a subordinação ou o escamoteamento de outras disputas igualmente significativas. As formas de inserção nessas disputas podem, também, ser diversas para cada sujeito — que pode viver instâncias ou situações de subordinação e, ao mesmo tempo, situações de dominação. Certamente é possível que um sujeito viva, simultaneamente, várias condições de subordinação (LOURO, 2003, p. 52)

Dessa forma, é necessário ter em mente que as relações desiguais de poder se manifestam de diversas formas e com base em características particulares do sujeito. Portanto, direcionar o olhar para apenas uma dessas bases, na luta política, significa invisibilizar outras lutas para a compreensão e combate das relações desiguais de poder estabelecidas na sociedade patriarcal e capitalista.

Nesse sentido, Hooks (2018) recorda que uma das preocupações do feminismo visionário radical livre é incentivar a avaliação das relações de poder do ponto de vista de gênero, raça e classe por todos os sujeitos, afim de que cada um possa compreender sua posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca. Para isso, torna-se essencial a avaliação crítica dos papéis de gênero na vida das pessoas negras para que elas possam compreender a relevância da luta feminista.

Na cidade de Imperatriz, a desigualdade entre homens e mulheres ocupando cargos políticos não é diferente. Conforme pode ser observado na Câmara Municipal, do total de vinte e um vereadores, apenas duas são mulheres, as vereadoras Cláudia Fernandes Batista⁵ e Terezinha de Oliveira Santos⁶.

Ademais, apesar de se passarem 90 anos desde o direito ao voto feminino e as mulheres serem maioria do eleitorado do país, ainda é muito desigual a formação do poder político entre homens e mulheres, sobretudo de mulheres negras e indígenas, o que compromete a luta por equidade entre os indivíduos.

Contudo, é importante ressaltar que para ocupar estes cargos, foram necessárias muitas lutas, protagonizadas por mulheres que lançaram suas vidas em prol de causas que eram consideradas irrelevantes na sociedade dos homens. Sendo assim, a presença feminina na política, mesmo que pequena, representa a continuidade dessa luta, na esperança de que mulheres consigam vencer as imposições dos padrões de gênero em suas vidas.

Diante do exposto, compreendemos que por muito tempo a mulher foi proibida de ocupar locais que sempre foram naturais ao homem, como por exemplo, frequentar a escola, faculdade, participar de esportes considerados de “natureza masculina”, ingressar na política, dentre outros. Devido ao forte apelo de discursos

⁵ Cláudia Fernandes Batista, nasceu em 1969 no município de Icará/PR. Foi eleita vereadora de Imperatriz/MA pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁶ Terezinha de Oliveira Santos, nasceu em 1959, natural de Graça Aranha/MA. Eleita vereadora pelo Partido Republicano do Brasil (PRB). Está cumprindo seu quarto mandato na Câmara Municipal de Imperatriz.

religiosos que limitavam a presença feminina ao ambiente doméstico e sendo sempre submissa ao homem.

Mas qual é o lugar da mulher na sociedade de acordo com elas? Esse é o questionamento da última pergunta: Qual o lugar da mulher na sociedade? Para Camélia (2022) “hoje as mulheres estão onde quiserem, apesar de sofrerem muito, com comentários e atitudes machistas. Hoje em dia temos mulheres em diversas áreas no mercado de trabalho, mas ainda temos muito que alcançar e lutar”. O machismo consiste em atitudes, comportamentos e pensamentos ligados à crença de superioridade do homem em relação à mulher. Trata-se de uma representação do patriarcado que pode levar à violência de gênero na sociedade.

Nesse sentido, Margarida (2022) ressalta que “ainda tem muito preconceito! Mais devagar estamos conquistando mais e mais espaço!”. A presença feminina nos ambientes que, antes eram permitidos ao homem, continua sendo desvalorizada e alvo de discriminações. Além disso são inúmeros os casos de violência cometidas às mulheres nos diferentes ambientes, a exemplo disso estão os comentários sexistas, assédio sexual e moral, dentre outros.

Conforme aponta Barros (2008, p. 74), “ainda hoje a violência sofrida pelas mulheres no lar, nos diversos continentes, é um fato aterrorizador e ela se projeta também no trabalho, principalmente sob a forma de assédio sexual e assédio moral, dos quais elas são as principais vítimas.

Segundo Begônia (2022) “a mulher pode ter o lugar que ela quiser. Pode ser mãe de família, ter seu lar, ter seu trabalho, seus gostos e escolhas.”. A mulher agora passa a ocupar o lugar de protagonista da sua vida, cabendo unicamente a ela as decisões feitas sobre seu futuro.

Nesse mesmo sentido, Bromélia (2022) diz que o lugar da mulher é “onde ela quiser, e não no lugar onde dizem que ela deve estar, mais aquele em que ela escolheu estar”. Dessa maneira, os padrões que foram criados passam a ser questionados e repensados diante da atual estrutura de sociedade que vivemos, em que homens e mulheres já reconhecem que não existe apenas uma forma exata de ser e muito menos um lugar certo para ocupar. A mulher tem avançado, ao longo da história e alcançou posições e lugares que antes lhe eram negados, Diante de todas as dificuldades, essas conquistas são prova de que as mulheres são capazes de desconstruir os preconceitos e estereótipos herdados do patriarcado, para que se

reconstrua uma sociedade com a cultura de liberdade para homens e mulheres serem livres e estarem onde quiserem.

Segundo Orquídea (2022) “O lugar da mulher é onde ela queira estar”. Mais que isso, o lugar da mulher está para além da ocupação física na sociedade. Mas a mulher está agora situada com a sua história, visto que antes a história que se tinha das mulheres era criada e contada por homens. Com as manifestações e conquistas feministas, hoje se percebe uma grande quantidade de trabalhos desenvolvidos por mulheres que abordam sua trajetória, suas lutas e suas vitórias.

Portanto, as respostas apresentadas ao questionário possibilitam entender como as mulheres de Imperatriz percebem as relações de gênero em situações rotineiras e em acontecimentos culturais da sociedade em que vivem, que as desigualdades são entendidas e sentidas por elas, o que demonstra que as mulheres estão avançando, mesmo que aos poucos, com a reflexão das questões de gênero. No entanto, ainda existe um distanciamento entre o que se fala e é percebido e as ações para intervenção nas desigualdades existentes, caracterizada por uma acomodação diante de alguns fatores como a submissão da mulher ao homem no casamento, responsabilização aos cuidados da casa, mesmo que de forma inconsciente, dentre outros.

5 CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa pretendeu encontrar respostas para as seguintes perguntas: Qual o lugar da mulher na sociedade atual? Como as relações de gênero têm influenciado a vida das mulheres no município de Imperatriz? Tomando como norte os seguintes objetivos específicos: Identificar alguns pressupostos e conceitos associados às relações de gênero; compreender a origem das desigualdades entre homens e mulheres e a forma como essas desigualdades influenciam a vida da mulher nos dias atuais.

A respeito da identificação dos pressupostos e conceitos, o estudo aprofundado possibilitou a diferenciação dos termos gênero e sexo, o que me permitiu compreender que os padrões sociais são construídos socialmente e que os fatores biológicos, apesar de serem utilizados com forte apelo pela cultura patriarcal para a manutenção das desigualdades, não determinam o gênero de um indivíduo.

Ademais conhecer o termo gênero por uma perspectiva feminista, possibilita dissociar-se de estereótipos construídos com base na fisiologia dos indivíduos e iniciar o discurso de que homens e mulheres tem e sempre tiveram as mesmas capacidades, e que a causa para as desigualdades está na diferença de oportunidades ofertadas a eles.

Por conseguinte, para compreender as origens das desigualdades, o estudo sobre a trajetória feminina na sociedade demonstrou que o apelo do discurso de fragilidade do sexo feminino colocou as mulheres sob a dominação do homem, responsabilizando-as pelo cuidado da casa e da família e impediu que elas compreendessem este estado de dominação por muito tempo, uma vez que se entendia que era função do homem proteger as mulheres e que elas necessitavam de uma figura masculina como herói.

Neste sentido, ao romper com essa ideia, as mulheres que questionavam as desigualdades ou que tentavam inserir-se na sociedade de forma independente de uma figura masculina, percebiam as dificuldades e as discriminações apenas pela sua condição de gênero. Pois, durante muito tempo as mulheres foram proibidas de realizar tarefas que hoje nos são comuns, como estudar, praticar esportes, escrever, trabalhar fora de casa, dentre várias outras.

Logo, o termo gênero utilizado pelas feministas nas manifestações por direitos pelas mulheres possibilitou, além da compreensão de que os papéis de

gênero foram construídos historicamente, de acordo com a cultura da sociedade, que os mesmos, por se tratar de uma construção, não podem ser considerados imutáveis.

Nesse sentido os movimentos das mulheres em busca de seus direitos tiveram grande influência nas possibilidades que atualmente são percebidas e tornam esperançosa a busca por uma sociedade igualitária entre os indivíduos, independente de gênero, raça ou classe.

Atualmente, a mulher está presente em todos os lugares da sociedade, de acordo com suas escolhas e vontades, não necessitando de uma autorização do marido ou do pai. Exerce de forma independente as funções que deseja, sejam elas no espaço do lar e da família ou nos espaços públicos, como organizações empresariais, ambientes políticos, instituições religiosas, dentre outros.

Ademais, com base nas respostas ao questionário, pode-se perceber que as mulheres estão avançando, mesmo que aos poucos, com a reflexão das questões de gênero. Apesar de ainda se perceber que o que se fala é distanciado das vivências e que ainda há muito o que ser feito e pensado para que, de fato, a mulher possa ter equidade em relação ao homem em todos os sentidos. A mulher hoje já se sente livre para fazer suas escolhas pautadas na sua vontade, sem limitar-se apenas às imposições da sociedade.

Também, espera-se que esta pesquisa possa ser uma fonte inspiradora para outros estudantes e pesquisadores que se sintam atraídos por este tema. Pois a conclusão desse trabalho não deseja findar o assunto, mas fazer uma pequena contribuição e abrir espaço para uma discussão mais aprofundada.

O presente trabalho possui relevância para os conhecimentos da área do curso de Pedagogia, uma vez que os conhecimentos adquiridos durante o processo de pesquisa do mesmo servem como suporte para o pensamento e indução da prática pedagógica sem preconceitos e sem discriminação.

Por fim, o presente trabalho foi importante para mim, que por tanto tempo passei por situações em que questioneei minha posição na sociedade ou me senti inferiorizada em determinados lugares em que a predominância era de homens. Conhecer a origem da desigualdade entre os sujeitos possibilita pensar meios de construir uma sociedade mais justa e que ofereça oportunidades iguais a todos.

Concluo este trabalho entendendo que o lugar da mulher na sociedade é o que ela decide ocupar, mas para além do lugar físico ocupado nos espaços, sejam

domésticos ou públicos, acredito que exista ainda um outro lugar, o lugar na história. Em relação a este lugar histórico, a mulher hoje está ciente de sua posição na sociedade, ciente das lutas que precisou trilhar para ter a liberdade que tem hoje, cabe agora possuir ciência de que é preciso estar atenta aos direitos já garantidos, para que estes não venham a ser suprimidos. A mulher está hoje ocupando o lugar de protagonista, de sua vida e da história, pois agora já existe uma história das mulheres, construída por mulheres e para mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRMAS, Jeremiah. *O reencontro da criança interior*. Tradução: Maria S. M. N. 9ª ed. São Paulo: Editora Cultrix. 1999.

ALMEIDA, Jacielly. S. *A escola como ferramenta de reprodução das desigualdades de gênero*. 2020. 98 f. Dissertação (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios. 2020.

ALVES, Rubem. *A educação dos sentidos: conversas sobre a aprendizagem e a vida* - São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BARROS, A. M. *Cidadania, Relações de gênero e Relações de Trabalho*. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.47, n.77, p.67-83, jan./jun.2008. Disponível em: <https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_77/Alice_Barros.pdf> Acesso em 15 dez 2022.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018

BRASIL. *Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Estatuto da Criança e do Adolescente Hospitalizado. Resolução nº 41 de outubro de 1995.

BRASIL. Decreto nº 11.104, de 21 de março de 2005. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Ministério da Educação – MEC; Ministério de Saúde – MS. Diário Oficial da União de 22 de março de 2005.

BRASIL. Decreto nº 13. 010, de 26 de junho e 2014. Altera a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da União de 2014.

BRASIL. Decreto nº 13.716 de 24 de setembro de 2018. Assegura atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Ministério da Integração Nacional – MI; Ministério dos Direitos Humanos – MDH; Ministério da Educação – MEC; Ministério da Justiça – MJ. Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2018.

BRASIL. *Ministério do Trabalho e Emprego*. Manual da Aprendizagem: O que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília, 28 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://www.ap.senac.br/pdf/manual-da-aprendizagem.pdf>> Acesso em 20 dez 2022.

CAPES. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Edital 6: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

DOS SANTOS, Caroline Helena et al. *A representação da mulher no discurso religioso*. Blucher Social Sciences Proceedings, v. 2, 2016. Disponível em: < http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt6_413.pdf> Acesso em 20 dez 2022.

FIGUEIREDO, M. G. de; DINIZ, G. R. S. *Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista*. Nova Perspectiva Sistêmica, [S. l.], v. 27, n. 60, p. 100–119, 2018. DOI: 10.38034/nps. v27i60.393. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/393>. Acesso em: 17 dez. 2022.

FILHO, Roberto L. L. S.; MOTEJUNAS, Paulo R.; HIPOLITO, Oscar; LOBO, Maria B. C. M. *A Evasão no Ensino Superior Brasileiro*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

FREITAS, Bruno. *Educação humanizada: o saber e o fazer de cada um compartilhado por todos na arte de educar*. Rev. Ciências Humanas Frederico Westphalen, RS Pg. 68 - 91 mai./ago. 2018.

FREITAS, Isabella M. *Análise da desigualdade de gênero nas condições de trabalho no Brasil: conquistas e desafios – 2004 a 2015*. 2018. 677 f. Dissertação (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. 2018. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4704/1/Monografia%20Isabella%20Medeiros%20-%20vers%C3%A3o%20ajustada.pdf>> Acesso em 09 dez 2022.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginásios na Aracaju dos Anos Dourados*. São Cristóvão: Ed. da UFS, 2002.

GUBERT, Daniela; MADUREIRA, Valéria S. F. *Iniciação sexual de homens adolescentes*. In: SCIELO - Scientific Electronic Library Online. Ciência & Saúde Coletiva. 2008, v. 13. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000900029>>. Acesso em: 24 dez 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de pesquisa, v. 37, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cZtcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf>> Acesso em 21 dez 2022.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. tradução: Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. recurso digital. Disponível em: <[bell hooks O feminismo é para todo mundo Políticas arrebatadoras \(2\).pdf](https://bellhooks.org/wp-content/uploads/2018/08/O-feminismo-%C3%A9-para-todo-mundo-Pol%C3%ADticas-arrebatadoras-2.pdf)> Acesso em 08 dez 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2019. Brasília, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf> Acesso em: 05 dez. 2022.

LATTANZO, Felipe F. *O lugar do gênero na psicanálise: Da metapsicologia às novas formas de subjetivação*. 2011. 195 f. Dissertação (pós-graduação em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LIBÂNEO, J.C. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MATOS, Elizabete Lucía M.; MUGIATTI, Margarida M. T. de Freitas. *Pedagogia hospitalar: a humanização integrando educação e saúde*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MIRANDA, Mª G. G. *O Estatuto da Mulher no Brasil em 1962*. Dissertação (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Humanas. 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/90299/000914587.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 10 dez 2022.

MORAES, M. *Ser humana: quando a mulher está em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, F. J. C.; DIAZ, M. *Relações de gênero*. In: Minas Gerais. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Odebrechet. Afetividade e sexualidade na educação. Belo Horizonte, 1998.

OSTERNE, M. do Socorro; SILVEIRA, Clara. *Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história*. Dossiê Igualdades e Diferenças na Teoria e no Contexto das Relações Sociais de Gênero. 2012. Disponível in <v. 10 n. 19 jan.jun (2012): Dossiê Igualdades e Diferenças na Teoria e no Contexto das Relações Sociais de Gênero> Acesso em: 24 dez. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, P. M. M.; ROCHA NETO, M. P.; BRITO, L. M. P.; BARRETO, L. K. S.; GURGEL, F. F. *Equidade de Gênero nas Organizações: O Trabalho e os Desafios da Mulher na Construção Civil*. Revista Organizações em Contexto, v. 12, n. 24, p. 283-305, 2016.

SOMMER, Beatriz M. *DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO: Percepções de estudantes de Administração durante a experiência de estágio*. 2018. 121 f. Dissertação (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187629/TCC_Beatriz_Miranda_Sommer_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 dez 2022.

SOUZA, Maria A.; MILL, Daniel. *Representações de gênero: sociedade, linguagem e mídia televisiva*. Educação, Batatais, v.5, 2015. Disponível em:<<file:///C:/Users/tcast/Downloads/605b34c783fe107cbc9757b1.pdf>> Acesso em 20 dez 2022.

ZAULI, Amanda. et al. *Reflexões sobre diversidade e gênero -1*. reimpressão. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em:<file:///C:/Users/tcast/Downloads/reflexoes_sobre_diversidade.1reimp.pdf> Acesso em 21 dez 2022.

APÊNDICE I – MODELO DO QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
CURSO DE PEDAGOGIA

Questionário de pesquisa

Tema: PERCEPÇÕES DE MULHERES ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO

Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento da pesquisa com o propósito de “compreender a origem das desigualdades entre homens e mulheres e a forma como essas desigualdades influenciam a vida da mulher nos dias atuais.”

Para a realização desta pesquisa houve a preservação dos nomes reais das participantes do questionário.

Público Alvo: Mulheres residentes em Imperatriz – MA

Perfil socioeconômico

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Denominação religiosa:

Autodeclaração de cor, raça e etnia:

Matrimônio

1. O que você pensa sobre o casamento?
2. O que você pensa sobre o casamento?
3. Na sua opinião, a mulher precisa ter uma profissão?

Vida profissional e divisão do trabalho

4. Entre homem e mulher, quem tem mais dificuldade de se estabelecer no mercado de trabalho, na sua opinião?
5. Já houve situações em que você deixou de trabalhar/estudar para cuidar da casa/família?
6. Na sua casa, a responsabilidade financeira e a realização das tarefas domésticas são divididas igualmente entre homem e mulher?

Presença feminina na política

7. Você votou em alguma mulher nessas últimas eleições?
8. O que você pensa sobre a mulher na política?

Lugar da mulher na sociedade atual

9. Qual o lugar da mulher na sociedade?